

Diário do Legislativo de 19/08/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Ronaldo Magalhães (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Sebastião Helvécio

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (DEM)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente
Malheiros

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado Padre PT
João

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Fahim Sawan BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander Borges BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Delvito Alves DEM

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PT Presidente
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente
Guedes

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Wander BPS

Borges

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PT
Deputada Maria Tereza Lara PT
Deputado Domingos Sávio BSD
Deputado Doutor Rinaldo BPS
Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva
Deputado Chico BPS Vice-Presidente
Uejo
Deputado Ronaldo BSD
Magalhães
Deputado Sebastião BPS
Costa
Deputado Padre PT
João
Deputado Gilberto PMDB
Abramo
Deputado Delvito DEM
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir Lucas BSD
Deputado Délio Malheiros BPS
Deputado Célio Moreira BSD
Deputado Neider Moreira BPS
Deputado André Quintão PT
Deputado Antônio Júlio PMDB
Deputado Gustavo Valadares DEM

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente
Brandão

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Veneroso BPS

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Vanderlei Miranda PMDB

Deputado Sebastião Helvécio PDT

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Adalclever Lopes

Deputado Délio BPS Vice-Presidente
Malheiros

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado DEM

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

Deputado Tiago Ulisses BPS

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente

Ângelo

Deputado BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Delvito DEM
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Eros Biondini BSD

Deputada Gláucia Brandão BPS

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Ruy Muniz DEM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ruy DEM Presidente
Muniz

Deputado Deiró BSD Vice-Presidente
Marra

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela Reis BPS

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Juarez BPS
Távora

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo Moreira DEM

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Ivair Nogueira PMDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fábio BPS Presidente
Avelar

Deputado Sávio PMDB Vice-Presidente
Souza Cruz

Deputado Irani BSD
Barbosa

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio Malheiros BPS

Deputado Adalclever Lopes PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Carlos Gomes PT

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Gustavo DEM Vice-Presidente
Valadares

Deputado Rêmolo BSD
Aloise

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Tiago BPS
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes PMDB

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputado Ronaldo Magalhães BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander Borges BPS

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Duarte BSD
Bechir

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputado Adalclever Lopes PMDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Antônio BPS Vice-Presidente
Carlos Arantes

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio Franco BPS

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputada Cecília Ferramenta PT

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio BSD Presidente
Braz

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca Ferreira PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Sebastião Helvécio PDT

Deputado Rêmolô Aloise BSD

Deputado Antônio Genaro BPS

Deputado Elmiro Nascimento DEM

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BSD Presidente

Deputada Maria PT Vice-Presidente
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Pinduca PP
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Sebastião Costa BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente

Deputado Tosta Walter BSD Vice-Presidente

Deputado Nogueira Ivair PMDB

Deputado Nascimento Elmiro DEM

Deputada Ferramenta Cecília PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Ronaldo Magalhães BSD

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Duarte Bechir BSD

Deputado André Quintão PT

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Valadares Gustavo DEM Presidente

Deputado Diniz Djalma BPS Vice-Presidente

Deputado Barbosa Irani BSD

Deputado Aloise Rêmoló BSD

Deputado Adalclever Lopes PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputado Juarez Távora BPS

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Juninho Araújo BSD

Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente PDT Presidente
Lúcio

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira PDT
Jr.

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio Genaro BPS

Deputada Cecília Ferramenta PT

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Sebastião Costa

Deputado PDT Vice-Presidente
Sebastião Helvécio

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Padre PT
João

Deputado Gil DEM
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

| | |
|------------------------|------|
| Deputado Fahim Sawan | BSD |
| Deputado Antônio Júlio | PMDB |
| Deputado Durval Ângelo | PT |
| Deputado Dimas Fabiano | DEM |

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 26ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Orteng Equipamentos e Sistemas

1.2 - 27ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Instituto Hermes Pardini pelos 50 anos de sua Fundação

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 26ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/8/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Leitura de mensagem - Exibição de vídeo - Palavras do Deputado Dinis Pinheiro - Entrega de placa - Palavras do Sr. Robson Braga de Andrade - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Ademir Lucas - Célio Moreira - Duarte Bechir - Fábio Avelar - Gil Pereira - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Orteng Equipamentos e Sistemas.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Robson Braga de Andrade, Presidente da Orteng Equipamentos e Sistemas; Sérgio Alair Barroso, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; José de Melo Aguiar, Diretor Técnico da Orteng Equipamentos e Sistemas; Klaus Gunter Wilhelm Jentzch, Diretor Industrial da Orteng Equipamentos e Sistemas; Ricardo Vinhas Corrêa da Silva, Diretor Comercial da Orteng Equipamentos e Sistemas; e Deputado Dinis Pinheiro, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Eduardo Duarte, assessor do Sr. Márcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte, o qual não pode estar presente em razão de homenagem que lhe será prestada pela Amágis, nesta noite; Ronaldo Braga de Andrade, irmão do homenageado; Sérgio Cavalieri, Presidente da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa; Romeu Scarioli, Presidente da Omega Energia Renovável S.A.; Paulo César de Oliveira, jornalista, em nome de quem estendemos as nossas saudações aos representantes da imprensa; Sebastião Navarro, ex-Deputado Estadual, ex-Prefeito de Poços de Caldas e Presidente da Cohab; João Batista Nunes Nogueira, Presidente da Fiemg Regional Alto Paranaíba; e Fernando Coura, Presidente do Sindiextra, por meio de quem estendemos nossas saudações aos demais Presidentes de sindicatos presentes..

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelos músicos Alexandre Martins de Barros, no oboé, e Eliseu Martins de Barros, no violino.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Leitura de Mensagem

O locutor - Neste momento, gostaríamos de dar ciência a todos da mensagem enviada à Casa pelo Exmo. Sr. José Alencar Gomes da Silva, Vice-Presidente da República: "Agradeço o honroso convite para participar da reunião especial com que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais homenageia a Orteng Equipamentos e Sistemas. Falar da Orteng é lembrar a figura de Robson Andrade, que, com extraordinária visão empresarial e capacidade administrativa, tem dado valiosa contribuição ao processo de desenvolvimento econômico e social do nosso Estado. Na atividade empresarial ou no comando da entidade representativa do setor industrial - a nossa Fiemg -, Robson Andrade tem-se destacado como uma das mais lúcidas lideranças de Minas Gerais. É, por isso, justa e oportuna a homenagem que a Assembleia Legislativa lhe presta, distinguindo a Orteng Equipamentos e Sistemas, na reunião especial de hoje à noite. Gostaria muitíssimo de estar presente, mas isso não me será possível. Escusando-me pela ausência, peço-lhe levar ao estimado amigo Robson e aos seus companheiros e colaboradores da Orteng o meu especial abraço de congratulações, com os votos de total brilhantismo para a solenidade".

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Dinis Pinheiro

Exmos. Srs. Deputado Doutor Viana, 10-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando, neste ato, o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Robson Braga de Andrade, Presidente da Orteng Equipamentos e Sistemas; Sérgio Alair Barroso, Secretário de Desenvolvimento Econômico, representando o Governador Aécio Neves; José de Melo Aguiar, Diretor Técnico da Orteng Equipamentos e Sistemas; Klaus Gunter Wilhelm Jentzch, Diretor Industrial da Orteng Equipamentos e Serviços; Ricardo Vinhas Corrêa da Silva, Diretor Comercial da Orteng Equipamentos e Sistemas; senhores e senhoras, quero saudar, com muita alegria, os colegas Deputados Ademir Lucas, Sebastião Costa, Fábio Avelar, Gil Pereira, Duarte Bechir; o ex-Deputado e extraordinário mestre Sebastião Navarro; o Dr. Fernando Coura, Presidente do Sindiextra, na pessoa de quem saúdo, com encanto, todos os Presidentes de sindicatos que aqui se encontram. Em nome da imprensa mineira, registro, com muita satisfação, a presença do Dr. Paulo César, figura humana admirável.

O ser humano, em sua caminhada terrena, passa da condição humana para gregário. Essa alteração comportamental, há mais de 10 mil anos, foi acompanhada pela mudança do modo de produção, especialmente na agricultura. Iniciou-se, então, o denominado marco de civilização cultural. Desse novo organizar, surgiram novas configurações políticas e, nas técnicas de produção, houve a chamada revolução industrial. A caminhada não foi serena para os políticos nem tranquila para empresas industriais. Essa história, Sr. Presidente, necessariamente dependeu de transposições de obstáculos e de enfrentamentos de crises. Ao Legislativo, na função de representar o espectro político por excelência, no viés de plena manifestação democrática, coube-lhe o constante diálogo com a sociedade que representa. A capacidade de criação, de transformação, de pesquisa e de inovação vem sendo enfrentada por empresas que tornam mais viável o progresso e, por conseguinte, a melhoria de vida do ser humano. Nesta noite, senhoras e senhores, o Legislativo mineiro, local onde ecoa a plena democracia, honra homenagear não só a empresa Orteng Equipamentos e Sistemas, mas notadamente a capacidade de empresário, de rara e prestigiada competência, de Robson Braga de Andrade. Esse diálogo com a sociedade mineira faz recordar a importância da existência de pessoas desse escol, notadamente em tempos de acirrada disputa e escassez de oportunidades, que faz realçar a competência para a superação e para o merecido reconhecimento entre seus pares. Assim como Marx falava que a revolução era a parteira da história, é com grande sapiência, que lhe é peculiar, que o nosso Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho diz que é em tempo de crise que as oportunidades e as respostas são dadas.

No denominado mundo globalizado, em que as distâncias temporais ou físicas são referências cada vez menores, esse mundo do nanômetro tem a contradição de aproximar as pessoas e, incrivelmente, distanciá-las pela presença do egoísmo ou do egocentrismo. Por isso, senhoras e senhores, é que importa a existência de pessoas que saem da seara individual e alçam suas jornadas em prol da comunidade, com empreendimentos e realizações de seus ideais voltados para o progresso do País.

Nesse diapasão, a Orteng foi criada há pouco mais de 30 anos, para sermos mais exatos, em 1977, pela conjunção de esforços de três jovens recém-saídos da faculdade, Robson Andrade, Ricardo Vinhas e José Luiz - e, ao lado desses três sonhadores, Klaus Gunter. A empresa foi fundada com, aproximadamente, 30 funcionários. A empresa, Sr. Presidente e querido amigo Deputado Doutor Viana, dedicava-se à produção de painéis, quadros elétricos e, caminhando a passos largos, resistentes e bem-sedimentados, transformou-se em um grupo de seis empresas no setor elétrico de metalurgia, mineração, siderurgia, energético, petróleo, saneamento, portos e aeroportos. Nesse grupo, trabalham hoje

aproximadamente 2.500 funcionários. Manteve-se 100% mineira e com capital nacional.

Em 1995, Sr. Presidente Deputado Doutor Viana, adquiriu a participação de seu sócio francês, Alston. O trabalho desse grupo de jovens sempre foi orientado, caro amigo Deputado Ademir Lucas, pela conduta ética e por vocação e respeito à pessoa humana, com busca contínua para a diminuição das desigualdades sociais. A Orteng, além da capacidade de soluções no setor de eletricidade, de total montagem eletromecânica de uma usina hidrelétrica de grande porte, é investidora em linhas de transmissão, em usinas térmicas e no setor de gás.

Mente privilegiada e brilhante, Robson Braga de Andrade consegue, em raro e preciosíssimo tempo, dedicar-se à direção da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg -, que preside. O ditado popular "diz-me com quem andas que te direi quem és" pode ser validamente transposto para o indicador industrial: diga quem são os seus parceiros ou clientes que saberei a sua importância.

A Orteng, no mundo globalizado, atua na totalidade dos continentes. Entre os países, listamos Estados Unidos, Cingapura, Argentina, Iraque e Mauritânia. No âmbito nacional, entre os clientes ressaltamos Furnas, Cemig e Petrobras. Faz-se notar, senhoras e senhores, que a empresa não é uma ilha, o que importa dizer, possui, sim, responsabilidades e compromissos sociais. Isso fica bem-demonstrado com a ética e os compromissos manifestados pela Orteng, pela firme condução de sua presidência e por seus brilhantes colaboradores.

Em seus projetos sociais voltados para a educação e a saúde, mantém vínculo com a Repartir - Associação dos Amigos do Hospital Municipal Jesus, que atende a crianças carentes; além de creches e da Associação Mineira para a Educação - AME.

Aliás, caro amigo Dr. Fernando Coura, só faltou Ibitiré, minha querida terra natal. A visão desse homem ultrapassa época e local, permitindo ao Estado e, sem dúvida, ao País, manancial de respostas aos desafios posicionados da sociedade.

Dentre as importantes manifestações apontadas com clareza pelo Presidente Robson na robusta condução da Federação, destaca-se a postura correta contrária à elevada carga tributária de nosso país. Esse peso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, abate não somente os meios de produção, mas notadamente as pessoas mais carentes e menos favorecidas, aquelas que efetiva e verdadeiramente precisam do nosso apoio, do nosso trabalho, da nossa determinação, da nossa coragem, da nossa bravura cívica e do nosso patriotismo. Para exemplificar e nos penalizarmos, veja-se o programa Bolsa-Família. De aproximadamente R\$150,00 por mês, ficam com a carga tributária mais de R\$50,00. Para as pessoas, temos mais de quatro meses de trabalho para carregar esse ônus em que a União, de forma injusta e perversa, aglutina mais de 70%. O equilíbrio fiscal, razão entre receita e despesa da administração pública, se faz somente pelo acréscimo de receitas e nenhum corte ou redução de despesas, especialmente as de manutenção ou de custeio. Por outro lado, as despesas com pessoas crescem assustadoramente. O crescimento, como assinala com lucidez a Fiemg, em seu leal atrelamento aos interesses nacionais, passa, obrigatoriamente e imperiosamente, pela desoneração da economia e pela maior atenção com a infraestrutura, pontos de sustentação do empreendedorismo e garantia de investimentos produtivos.

Por essa vivacidade é que a Assembleia Legislativa não só faz coro a V. Sa., como também, Dr. Robson, parabeniza-o por bem representar Minas Gerais como uma das vozes coerentes no mencionado cenário. Aliás, senhoras e senhores, mais um talentoso mineiro a servir o nosso Brasil, os brasileiros e as brasileiras, razão e fundamento que justificam a escolha de V. Sa. para presidir futuramente a Confederação Nacional das Indústrias - CNI. Essa nova função, Dr. Robson, será, sem dúvida, bem-recebida e bem-executada, porque Minas se faz bem representar todas as vezes em que é chamada. E, à guisa de exemplo, nunca é demais reverenciar o trabalho do nosso Governador Aécio Neves, com exercício de vocação nacional, dentro em breve, como o Brasil precisa, clama e sonha. É o reconhecimento de que Minas, histórica e hodiernamente, toda vez que é chamada para o cenário nacional, dá resposta eficiente e eficaz, como se pode verificar no chamamento do Dr. Robson para a CNI e do nosso líder maior, o Governador Aécio Neves, para a função de abrangência nacional de condução dos destinos do povo brasileiro, que por certo exercerá com lucidez, capacidade e altruísmo. Por isso, Deputado Doutor Viana, é que, em sua caminhada, a humanidade não perde a esperança de futuro melhor, em que a vida tenha realmente plenitude.

Fica registrado, Sr. Presidente, o exemplo de cristandade, de patriotismo, de mineiridade e, sem dúvida, de humanidade desses caminheiros do nosso tempo: Robson de Andrade, Ricardo Vinhas, José Luiz Aguiar e Klaus Gunter.

O Legislativo mineiro sente-se muito honrado em prestar esse justo reconhecimento e de registrar, para a história, o trabalho de V. Sas., na Orteng, e do Sr. Robson, na Fiemg. E certamente, muito em breve, na CNI.

Muito obrigado. Desejo que o Dr. Robson continue sendo essa luz a nos guiar, a nos dirigir para um futuro promissor, repleto de realizações, de conquistas e, muito mais que isso, uma vida cheia de felicidades, de paz e de solidariedade. Esse é o sonho; esse é o nosso desejo. Parabéns. Continuem brilhando.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado Doutor Viana, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Orteng Equipamentos e Sistemas, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue traz os seguintes dizeres: "Comprometida com a excelência de suas atividades, a Orteng Equipamentos e Sistemas fornece, há mais de 30 anos, soluções essenciais ao pleno desenvolvimento de inúmeros empreendimentos, prestando, assim, sensível contribuição à evolução do próprio Estado. A Assembleia homenageia a Orteng, reconhecidamente um dos mais destacados fornecedores de soluções em sistemas de energia e automação, pela seriedade e eficiência com que desempenha sua missão".

O Sr. Presidente - A Presidência, com muita alegria, convida o Deputado Dinis Pinheiro, que teve a lúcida ideia de apresentar esse requerimento, apoiado por unanimidade, para homenagear a Orteng de forma tão justa, para fazer parte da entrega desta homenagem da Assembleia à Orteng.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Robson Braga de Andrade

Exmo. Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, neste ato representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia; caro Sr. Sérgio Barroso, Secretário de Desenvolvimento Econômico, neste ato representando o Dr. Aécio Neves, Governador do Estado de Minas Gerais; Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e autor do requerimento que muito nos honra e orgulha toda a Orteng, o qual deu origem a esta solenidade; meus companheiros, sócios, amigos e irmãos da Orteng, José Luiz de Melo Aguiar, Klaus Gunter e Ricardo Vinhas Corrêa da Silva; Deputados aqui presentes; autoridades; meus amigos de Federação das Indústrias; meus companheiros de Orteng; agradeço a presença de todos nesta noite tão importante para nós.

Trouxe um discurso escrito, mas correrei o risco de falar sem lê-lo. Portanto, Sr. Presidente, corremos o risco de que eu fale muito mais do que

está escrito. Mas o Deputado Dinis Pinheiro, nosso amigo e companheiro, fez algumas referências à Orteng que muito nos envaidecem e orgulham e, de certa forma, já contou toda a história da Orteng. Até comentávamos que, com o discurso que tem, muito melhor seria se ele fosse empresário em vez de Deputado, porque fala exatamente o que pensamos e gostaríamos que fosse implementado neste país. Portanto, Deputado, queremos o senhor do nosso lado.

Começo fazendo um agradecimento ao meu irmão Ronaldo Andrade. O Ronaldo e o seu sócio, Rafael Capanema Valadares, hoje nosso amigo e sócio também, que não está aqui, foram as pessoas que começaram a Orteng - em 1968, se não me engano. Comecei a trabalhar com eles aproximadamente em 1970. Como o Ronaldo sempre foi muito duro, comecei trabalhando como "office boy", e não havia muita chance. Tinha o que fazer o que ele mandava, pronto e acabou. Naquela época, não havia a democracia que temos hoje nas empresas. Em 1977, o Ronaldo e o Rafael deram-nos a oportunidade - ao Ricardo, ao Klaus, ao José Luiz e a mim - de adquirirmos participação numa empresa e começarmos uma empresa que sonhávamos, que podia ser o nosso negócio. Só que, para a felicidade nossa, sonhávamos com algo que certamente não é o que a Orteng representa hoje. Sonhávamos com algo muito menor. Se sonhássemos com esse tamanho de empresa, talvez tivéssemos desistido. As coisas vão acontecendo, vamos conseguindo realizar os sonhos, vamos aumentando nossos sonhos, imaginando coisas novas e enfrentando os desafios. Com isso, a Orteng teve um crescimento surpreendente, se considerarmos de 1979 até o atual estágio da Orteng. É claro que isso foi obtido com muita luta, muita dificuldade, muito sacrifício, muito trabalho e muita responsabilidade, mas com muita esperança e fé neste país. Sabemos que, com trabalho, dedicação, seriedade e responsabilidade, é possível fazermos muita coisa e realmente gerar emprego, gerar renda, desenvolver, fazer os sonhos crescerem e se realizarem. Nessa caminhada, encontramos muitas pessoas que estão conosco desde o início. Algumas ainda continuam conosco, outras agregaram-se durante a caminhada e são tão importantes para nós como aquelas que começaram em 1977, 1979, e nos ajudaram muito nesse trabalho, no desenvolvimento da Orteng. São pessoas que se dedicaram, vestiram a camisa, passaram por momentos de dificuldade, choraram e riram conosco, e, em momentos de extrema dificuldade, foram capazes de compreender a situação da empresa e saber que éramos capazes de passar por situações que, no futuro, trariam benefícios para cada um, para a empresa e para todos os que trabalham lá. Com isso, esse grupo foi crescendo bastante. Iniciamos nossas atividades com pouco mais de 30 pessoas e hoje temos mais de 2 mil pessoas, que estão ali desenvolvendo uma atividade importante e fazem disso a sua vida, dão uma contribuição enorme para a Orteng, para o País, para o Estado. Por tudo o que fazem, há recompensa, de tal forma que desenvolvem sua própria vida, sua família, têm seus próprios sonhos.

No meio do caminho, vamos aprendendo a nos relacionar com essas pessoas. No início, talvez observássemos isso como uma relação antiga entre capital e trabalho, sentindo que as pessoas tinham de se dedicar, os acionistas eram simplesmente os donos, e os trabalhadores eram os empregados e funcionários. Hoje, eu e meus sócios sentimos cada um não como um funcionário ou trabalhador, mas como um parceiro, sócio, amigo e companheiro. Temos a certeza absoluta de que a empresa hoje é muito além do que achávamos que era, uma propriedade do grupo maior de acionistas. Hoje cada funcionário sente que a empresa é um pouco sua, da comunidade, da sociedade, o que engrandece a Orteng, mesmo com todas as lutas, trabalhos e dificuldades que enfrenta. Com toda a nossa competência, nada disso seria possível, se não tivéssemos um pouco de sorte - não sei se pouca ou muita. Podemos nos considerar pessoas de sorte por tudo isso, por ter conseguido companheiros e pessoas idealistas que estão conosco até hoje, mas também por ter conseguido cativar tantos amigos que foram tão importantes para o desenvolvimento da nossa empresa. Amigos que nos ajudaram com conselhos, propostas, que nos mostraram os caminhos errados, e nos alertaram. De maneira honesta, clara e transparente, eles foram capazes de nos mostrar os momentos em que acreditávamos ser o máximo. Talvez precisássemos aprender um pouco mais. Essas pessoas realmente contribuíram muito conosco. Quando iniciamos com a Orteng, em 1979, o primeiro apoio que tivemos foi do BDMG, que realmente foi a primeira instituição que apoiou o nosso desenvolvimento. Com o apoio do BDMG, contamos com o apoio de empresas que, à época, eram estatais, como a Cemig, a Telemig, a Companhia Vale do Rio Doce, a Usiminas e a Acesita, que foram fundamentais para o crescimento da Orteng e para nos entusiasmar e incentivar para que tivéssemos a capacidade de desenvolver novas tecnologias e buscar novas parcerias. Isso tudo nos incentivou muito, e essas amizades, esses companheiros e esses parceiros nos ajudaram também na busca de caminhos fora do Brasil, como clientes e parcerias. Isso fez com que abrissemos a cabeça para o mundo, para vermos um mundo diferente e a necessidade de a Orteng ser cada vez mais competitiva e melhor, não apenas na qualidade e no preço, como também na relação com a comunidade, com os trabalhadores, sempre com a responsabilidade necessária para que pudéssemos continuar a crescer e a desenvolver.

Sr. Presidente, tivemos o apoio do governo do Estado de Minas Gerais, da Assembleia Legislativa e da Secretaria. Sempre tivemos a sorte de poder contar com Minas Gerais, Estado de cujas instituições, governos e entidades públicas nos orgulhamos. No início da criação da Orteng, trabalhávamos muito na empresa a questão da qualidade, da competência e do preço e, quando víamos um catálogo e um documento de uma empresa de São Paulo que era algo maravilhoso, pensávamos que aquele deveria ser um grande empreendimento, mas, quando visitávamos a empresa, constatávamos que era um fundo de quintal. Então víamos um pouco a diferença de Minas Gerais. Percebemos isso não somente em uma empresa como a Orteng, mas na relação entre capital e trabalho, nas instituições e no governo do Estado, onde Minas Gerais demonstra ser um Estado diferente, de pessoas realmente sérias e comprometidas, que buscam melhores condições e situações. Por isso tudo acredito que realmente fomos pessoas de muitas sorte. Buscamos sempre as amizades e os nossos companheiros, como o Deputado Ademir Lucas, nosso parceiro em Contagem, desde a época em que cumpriu os seus dois mandatos como Prefeito, que nos ajudou bastante. Isso tudo fez com que a Orteng realmente tivesse um grande sucesso. Espero que possamos continuar cumprindo a importante missão de crescer, de desenvolver e de gerar emprego e renda com responsabilidade, ética, conduta séria, capacidade de formar e transformar pessoas e de contribuir para que o Brasil possa continuar crescendo, desenvolvendo, para ser uma nação cada vez melhor.

Para finalizar, agradeço muito as palavras do Deputado Dinis Pinheiro e digo que, em relação à CNI, estamos em uma caminhada. E vocês, como políticos, podiam ensinar-me muito, porque, na realidade, só o saberemos lá, depois da apuração. O Coura sempre fala que eleições e mineração são só depois da apuração, então não podemos dizer que as coisas estão acertadas. É uma caminhada. Estamos trabalhando, mas temos na Cemig grandes companheiros e pessoas que têm toda a capacidade de conduzir a entidade. É claro que estamos colocando-nos como uma das possibilidades e esperamos ter sucesso. Gostaria muito de que o Deputado Dinis Pinheiro fosse Presidente de uma federação, porque assim já poderia contar com o voto dele, mas tenho certeza de que ele pode ajudar-nos muito também. Agradeço a todos, principalmente aos nossos parceiros e colaboradores da Orteng, por ter a empresa chegado aqui, até hoje. Tenho a certeza de que seremos capazes de ir muito mais longe ainda. Obrigada.

Palavras do Sr. Presidente

Cumprimento o nobre Secretário de Desenvolvimento Econômico, Dr. Sérgio Alair Barroso, que também, para nossa honra, representa neste ato o nosso digno e brilhante Governador do Estado, Aécio Neves. De uma forma muito carinhosa e especial, cumprimento esta pessoa extraordinária, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg - e Presidente da Orteng Equipamentos e Sistemas, hoje com seu coração dividido. Não temos dois corações, mas temos um com dois lados. Ele tem um neto que está aniversariando em São Paulo e está aqui, nesta solenidade justa, que sua empresa recebe. É uma alegria. A Assembleia abre não somente suas portas, mas seu coração para receber aqui o Presidente da Orteng com toda a sua equipe de funcionários e dirigentes. Cumprimento o Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário desta Assembleia e autor deste iluminado requerimento, aprovado por unanimidade, que deu origem a esta solenidade. Parabéns, mais uma vez, nobre Deputado Dinis Pinheiro. Cumprimento os Diretores, companheiros do Presidente Robson Braga de Andrade: José Luiz, Klaus Gunter, Ricardo Vinhas e os demais Diretores aqui presentes. Cumprimento o Dr. Olavo Machado Júnior, Vice-Presidente da Fiemg, futuro e próximo Presidente, na pessoa de quem cumprimento também os demais Vice-Presidentes da Fiemg. Cumprimento os meus colegas, Deputados aqui presentes, Ademir Lucas, Duarte Bechir, Gil Pereira, Fábio Avelar, Sebastião Costa, Weliton Prado, Célio Moreira e também o nosso sempre estimado ex-Deputado, companheiro desta Casa, Sebastião Navarro, hoje Presidente da Cohab. Cumprimento, na pessoa das demais autoridades, também o nosso Presidente do Sindiextra, companheiro José Fernando Coura, e, de uma forma especial, a excelência da representatividade dos senhores e das senhoras aqui presentes; a imprensa, na pessoa do amigo Paulo César de Oliveira; os funcionários da Casa e os telespectadores da TV Assembleia.

Esta Casa sempre teve, em sua pauta de trabalhos, atenção especial com o desempenho econômico do Estado, acompanhando a

implementação das políticas públicas que lhe são inerentes, assim como os resultados dos empreendimentos empresariais que se revelam mais significativos. O bom andamento da economia é premissa básica para se pensar nos outros componentes do desenvolvimento, visto em seu sentido amplo. É, portanto, com grande satisfação que nos congratulamos com os dirigentes, parceiros e funcionários de um empreendimento que tem alcançado grande êxito ao longo de seus quase 32 anos de existência, a Orteng Equipamentos e Sistemas, empresa que, implantada no centro industrial de Contagem, ultrapassou os limites do Estado para ganhar reconhecimento no Brasil e no exterior. Um sucesso dessa dimensão não acontece por acaso. É fruto de um projeto bem-estruturado, de um planejamento consistente, de vasto conhecimento do campo de atuação, de experiência acumulada e, principalmente, da visão de futuro que caracteriza as iniciativas vencedoras. Fundamenta-se também nos valores e princípios que orientam o funcionamento de rotina e as decisões da empresa. Parte deles é explicitada na missão da Orteng: "fornecer soluções em sistemas de energia e automação, buscando a excelência em contínua sintonia com a evolução, assegurando a lucratividade que permita o crescimento da empresa e a remuneração do capital, com a constante valorização do homem". Em outras palavras, ela está sempre em busca da eficiência e do aprimoramento de seus produtos, para garantir a satisfação de seus clientes e o cumprimento de suas metas, ao mesmo tempo em que, sintonizada com a evolução das relações entre capital e trabalho, se preocupa permanentemente com o crescimento profissional e o bem-estar de seus funcionários. Incorpora a essa diretriz interna os princípios da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável, adotando práticas e normas que contribuem para melhorar a qualidade de vida das comunidades em que está envolvida e para a preservação ambiental, dentro do conceito da utilização consciente e racional dos recursos da natureza.

Para assegurar a incorporação desses princípios, a Orteng instituiu seu código de conduta ética, orientador de suas relações internas e de todas as suas transações. Não ficou apenas nisso: criou uma ouvidoria para garantir o cumprimento desse código, em um trabalho que se baseia na independência e na ampla liberdade de expressão dos colaboradores, fornecedores ou clientes. O compromisso com a qualidade de seus produtos e serviços e com a plena satisfação de seus clientes levou a Orteng a implantar, a partir de 1990, um sistema de qualidade total, pelo qual recebeu diversos certificados de aprovação, emitidos por instituições de referência obrigatória no País, como o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro. Por todas essas preocupações, de natureza técnica, mercadológica e humana, nossa homenageada sabe que tem lugar de destaque no cenário empresarial mineiro e brasileiro. É por isso que, atualizando-se sempre, afirma o compromisso de ser a melhor empresa de seu setor. O reconhecimento da Orteng nos meios econômicos e políticos é incontestável. Basta lembrar, como exemplo de seu prestígio, a inauguração de sua nova fábrica em contagem, em 2007, quando, em solenidade presidida pelo nosso querido Vice-Presidente da República, José Alencar Gomes da Silva, e com a presença do Ministro das Minas e Energia, reuniu as principais autoridades do Estado e as lideranças empresariais de todas as regiões do País. A história dos empreendimentos econômicos mostra que a credibilidade de uma instituição está intimamente ligada à credibilidade de sua direção, particularmente de seu condutor principal. No caso da Orteng, a premissa é clara. Ela tem à frente um dos empresários de maior reconhecimento em nosso Estado: Robson Braga de Andrade. Não por acaso ele preside a Federação das Indústrias de Minas Gerais, entidade que, por sua tradição, representatividade e sintonia com as transformações políticas e econômicas, é sempre chamada a contribuir com os debates e as políticas de desenvolvimento elaboradas para o nosso Estado. Saio agora um pouco do discurso formal, para lembrar também o participativo trabalho da Fiemg em relação a esta Casa, sob a Presidência de Robson Andrade. Todo ano ela nos convida para uma reunião de diálogo e de troca de ideias, sempre de forma a valorizar a democracia e o entendimento. Na pessoa desse líder empresarial de prestígio incontestável em Minas e no Brasil, cumprimentamos a todos os dirigentes, parceiros, colaboradores e funcionários da Orteng, desejando que prossiga em sua trajetória de sucesso, levando e engrandecendo o nome de Minas em todas as regiões do Brasil e nos países espalhados pelas diversas partes do mundo. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 14, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 27ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/8/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Exibição de vídeo - Palavras do Deputado Célio Moreira - Entrega de placa - Palavras do Sr. Hermes Pardini - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Doutor Viana - Ademir Lucas - Célio Moreira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Célio Moreira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Instituto Hermes Pardini pelos 50 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Gilman Viana, Secretário de Estado de Agricultura, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Hermes Pardini, Presidente do Conselho de Família do Instituto Hermes Pardini; Ricardo Guimarães, Cônsul Honorário do Canadá e Diretor da Associação Comercial de Minas - ACMinas -; e Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença de membros da administração do Instituto Hermes Pardini, os Exmos. Srs. Vítor Pardini, Presidente do Conselho de Administração; Mário Sérgio Pereira, Diretor Comercial e de Marketing; Carlos Olney Soares, Diretor de Atendimento e Relacionamento; Renato Dias de Castro, Diretor Administrativo e Financeiro; Vítor Sérgio Couto dos Santos, Presidente Executivo; e Roberto Santoro Meirelles, Diretor de Medicina Diagnóstica.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo saxofonista Leonardo Silva e pelo violinista Leonardo Cunha.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Célio Moreira

Exmo. Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Doutor Viana, representando neste ato o Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho; Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Família do Instituto Hermes Pardini, Dr. Hermes Pardini; Exmo. Sr. Secretário de Agricultura, Gilman Viana, representando o Exmo. Sr. Governador Aécio Neves; Exmo. Sr. Cônsul Honorário do Canadá e Diretor da ACMinas, Dr. Ricardo Guimarães; senhoras e senhores; jovens e crianças.

Quero, inicialmente, cumprimentar todos os presentes, especialmente o Dr. Hermes Pardini e sua esposa, Sra. Carmem Lúcia, os filhos Áurea Maria, Regina e Vítor, genros, netos, amigos, funcionários, convidados; que sejam bem-vindos a esta egrégia Casa Legislativa. Cumprimento ainda o Dr. Vítor Sérgio Couto dos Santos, Presidente Executivo do Instituto Hermes Pardini, e agradeço aos meus colegas Deputados a grata oportunidade da homenagem que prestamos nesta noite ao Instituto Hermes Pardini pelos seus 50 anos de atividade. Ao longo de sua existência, esta Casa teve a honra de homenagear figuras destacadas em variados segmentos da indústria, do comércio, da Justiça, grandes ícones da história política, respeitáveis e notáveis empreendedores, eméritos intelectuais. Todos eles, naturalmente, merecedores da honraria que lhes foi conferida. Esta noite, no entanto, se reveste de brilho especial porque o que estamos a homenagear não é somente uma empresa, mas os valores que se lhe agregam, fundidos em uma história rica, humana, em que sobressai a grandeza de um ideal, a coragem de não ter medo, o compromisso de honrar os pais. Tudo isso traduzido em meio século de trabalho e luta, fomentado pelo idealismo, amor ao trabalho e dedicação ao próximo. Da rica lavra literária de nosso saudoso jornalista Camilo Castelo Branco há um pensamento que resume a história do Instituto Hermes Pardini, na figura de seu fundador. Diz ele: "Os dias prósperos não vêm ao acaso, são granjeados como as searas, com muita fadiga e muitos intervalos de desalento". Para entenderem a correlação do pensamento de Castelo Branco com a trajetória de vida e de trabalho do Dr. Hermes Pardini, necessário se faz que conheçamos sua história. E me dou a liberdade de contá-la nesta noite, com toda sua carga de emoção, saudade e orgulho, com base no relato autobiográfico de seu protagonista.

Desde muito jovem, o menino Hermes recebia influência de seu pai, Armando Pardini, que trabalhava com produtos farmacêuticos e era apaixonado por endocrinologia. Embora não fosse médico, adorava dosagens hormonais. Frequentava o laboratório de um grande amigo para conhecer técnicas laboratoriais. A paixão pela endocrinologia levou-o a montar um pequeno laboratório em sua própria casa, com a finalidade de isolar alguns hormônios para pesquisas, que reproduzia através de leituras. Filho único, Hermes cresceu cercado de livros de endocrinologia. Por influência do ambiente ou não, o jovem abraçou a medicina. Valendo-se da amizade de seu pai com o Prof. Thales Martins, grande pesquisador, conseguiu um estágio com o Prof. Fernando Ubatuba, na Fiocruz, e no laboratório da Santa Casa, no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, Hermes já se formava, para orgulho de seu pai, um apaixonado pela profissão. Orgulho que se acentuava ainda mais pelo fato de o filho escolher a especialização em laboratório de endocrinologia. O futuro médico seguiu para o Rio e lá estagiava com o Prof. Ubatuba. Hospedava-se no Instituto Oswaldo Cruz, em Manguinhos, e, quinzenalmente, vinha a Belo Horizonte ter-se com a noiva Carmem, que viria a ser sua esposa, incentivadora e companheira de todas as horas. No Rio, levava uma vida modesta, de modo a não sacrificar ainda mais a vida dos pais. Tinha o suficiente apenas para o almoço em restaurantes populares e para ônibus ao Centro e retorno. Não pagava hospedagem. Tinha café e lanches graças ao Prof. Amílcar Viana Martins, seu Diretor na época. Terminado o estágio, cheio de esperança e determinação, o jovem médico retornou a Belo Horizonte. Em uma pequena sala alugada pelo pai, no Edifício Borges da Costa, iniciou seu trabalho de dosagens hormonais. Em 10/8/59, o ainda modesto laboratório recebia a primeira solicitação de exame. Um dia marcante na vida do Dr. Hermes, que recebeu o pedido emocionado. Era um tipo de dosagem trabalhosa, atualmente em desuso.

Faltava dinheiro. O pouco que o jovem médico recebia de ajuda do pai foi sendo somado ao pequeno rendimento que, em poucos meses, o laboratório começou a gerar. Após o primeiro ano, Hermes já superava as dificuldades e podia dispensar a ajuda paterna. A vida regrada e modesta que os pais levavam permitiu-lhes comprar um apartamento para o filho, que se casou em março de 1960, livrando-o da despesa com aluguel. Porém, novos desafios estavam por vir. Então com 25 anos, recém-casado, o jovem médico teve que abdicar da ajuda da esposa, que engravidara. Era ele então um desconhecido no mercado e não contou com o esperado apoio de antigos frequentadores da casa dos pais. Procurava vencer as dificuldades com esforço incomum, trabalhando de 6h30min às 21 horas diariamente - o senhor se lembra, Dr. Pardini? Inspirado no exemplo dos pais, continuava levando vida simples, regrada. A alimentação diária restringia-se a um simples café com pão em casa e um almoço num restaurante simples. Sua presença constante na Associação Médica de Minas Gerais, em seus departamentos de endocrinologia e patologia, e sua participação em quase todos os congressos das áreas, sempre divulgando as novidades e aplicações clínicas das dosagens, lhe valeram o apoio de alguns especialistas, apoio que impulsionou sua progressão profissional.

No ano de 1960, o laboratório já contava com duas recepcionistas, duas auxiliares e a imprescindível ajuda da esposa, com a filha recém-nascida.

No início de 1961, Dr. Hermes fez o curso de Aplicações Clínicas em Medicina Nuclear, na Faculdade de Engenharia da UFMG. Foi um período penoso, sacrificante. Ele estudava durante as madrugadas, sábados e feriados. O curso em tempo integral forçava seu afastamento do laboratório. Aproveitava o pouco tempo livre - de 6h30min às 8 horas, o horário do almoço e após o final do curso, às 17h30min - para dar assistência ao próprio empreendimento. Tanto sacrifício e dedicação lhe trouxe como recompensa o destaque como o aluno com maior nota no curso.

Àquela altura, o laboratório começava a ficar mais conhecido, em virtude da forte atuação científica do Dr. Hermes e da qualidade dos resultados dos exames. Foi por essa ocasião que conheceu Sérgio Almeida, um carioca genial, que, com preço e prazos facilitados, construiu para ele um aparelho de cintilografia da tireoide, um para captação do I-131 e outro para cintilografia líquida, para realização do PBI-131.

Em 1961, o laboratório do Dr. Hermes Pardini oferecia exames de tireoide e era o único na época a trabalhar com conhecimento clínico de endocrinologia. O jovem médico executava pessoalmente os exames, com pleno conhecimento da fisiopatologia da tireoide e das diversas

influências que alteravam os testes. Foi, por assim dizer, praticamente o pioneiro na especialidade, em Belo Horizonte. O setor de medicina nuclear aplicada à tireoide se desenvolveu, e o laboratório já oferecia exames de tireoide completos para a época, incluindo o iodo proteico 127 - e, naquele tempo, ainda era utilizado metabolismo basal.

A esta altura, já não dependia mais do apoio financeiro do pai. Hermes Pardini superava as próprias expectativas e era, merecidamente, motivo de orgulho para o casal D. Lavinia e Armando Pardini.

Mais do que o apoio, Dr. Pardini sempre recebera dos pais o exemplo de uma vida mesclada de simplicidade e ideologia. E nosso Dr. Pardini seguiu vida afora levando consigo e passando aos filhos aprendizados e conceitos morais herdados, entre eles o de jamais abrir mão da honra, da responsabilidade profissional e do senso de justiça.

No segundo semestre de 1960, convidado pelo Prof. Caio Benjamin Dias, tornou-se seu colaborador no setor de endocrinologia e no laboratório especializado, na Faculdade de Medicina da UFMG. Por 11 anos esteve na Universidade, onde dava aulas e participava dos ambulatórios e do laboratório de endocrinologia na primeira clínica médica. Assim, harmonizando o laboratório com a atividade docente, ainda que a custo de grandes sacrifícios, foi acumulando aprendizado.

Sempre atento à evolução, procurava atualizar-se. Nos fins de semana e no silêncio da madrugada, debruçava-se sobre os artigos das principais revistas e livros especializados.

Em 1965, Dr. Hermes sofre sua maior perda. O pai, o grande amigo e incentivador, morre aos 55 anos. Parte sem poder acompanhar toda a evolução profissional e pessoal do filho.

No ano de 1969, o laboratório já contava com várias salas próprias, no mesmo endereço em que foi montada a célula-mãe do empreendimento. Contava com profissionais de todas as subespecialidades da patologia clínica.

Em 1971, demitiu-se do cargo de Professor Assistente da UFMG para se dedicar exclusivamente ao seu empreendimento. E foi nesse ano que se delinearão os convênios com as áreas de saúde das mais diversas empresas e com os recém-chegados planos de saúde. E com os olhos no futuro, Dr. Pardini iniciou a construção da primeira filial, na Rua Aimorés, 33. Eu trabalhava nessa rua, no nº 64.

Era ousado projeto de construção grande para a época, composta de grandes áreas para o conforto dos clientes, grande recepção, área especial para as provas funcionais, com instalações completas, áreas independentes de coletas pediátricas, cabines especiais de coleta de sangue, enfermagem própria para cada setor e assistência médica, cozinha para lanche de clientes e de funcionários. Os concorrentes, por razões óbvias, consideravam o projeto ambicioso demais e chegavam a classificar a edificação de "elefante branco". Por seu lado, Hermes Pardini tinha plena confiança em seu trabalho e na equipe e apostava no sucesso.

Superando grandes dificuldades, em 1978 foi inaugurada a sede principal, hoje a matriz, e outros prédios foram construídos posteriormente. O Instituto começou a realizar provas funcionais endócrinas e a oferecer apoio laboratorial. Belo Horizonte passou a ter em sua paisagem a marca Hermes Pardini.

Nessa época, a abrangência era regional - Grande BH -, e os materiais para análise chegavam ao laboratório pelo correio.

Com a inauguração da Unidade Padre Eustáquio, em 1983, deu-se início ao projeto de descentralização, acelerada na década de 90. Além de atender clientes em Belo Horizonte, o Instituto Hermes Pardini passava a oferecer apoio a laboratórios em todo o País, por meio de sua Central de Apoio Laboratorial - CAL -, que funciona 24 horas por dia, permitindo aos setores técnicos o fluxo contínuo de amostras. A Central conta hoje com cerca de 450 funcionários e 95 escritórios em todo o País. Sua estrutura permite atender 1.100 unidades por dia e cerca de 5 mil laboratórios conveniados.

Em 1986, Dr. Hermes perdeu a mãe. A essa altura, já haviam nascido seus três filhos. A primeira, Áurea Maria, dentista, casada com o famoso oftalmologista Rui Marinho; a segunda, Regina, patologista clínica com mestrado e chefe do setor de imunologia do laboratório, casada com Orlando, renomado economista; e o terceiro, Vítor, doutor em endocrinologia, com especialização em genética humana, e chefe do setor no laboratório, casado com a advogada Anna Paula.

A década de 90 marcou o novo ritmo de crescimento do Instituto Hermes Pardini, crescimento sustentado em programas de controle de qualidade.

É importante destacar que, desde 1977, o Instituto Hermes Pardini participa de programas externos de controle de qualidade, como a certificação internacional ISO e o Programa Nacional de Controle de Qualidade - PNCQ-SBAC -, totalizando hoje mais de 30 programas.

Além dos exames laboratoriais, o Instituto oferece serviços de genética humana, anatomia patológica, citologia, vacinas, medicina nuclear, diagnóstico por imagem, bioequivalência farmacêutica, divisão veterinária e banco de sangue de cordão umbilical.

Há algum tempo, o Hermes Pardini vem reestruturando seus processos administrativos. Em novembro de 2007 teve início o processo de profissionalização de sua gestão, que passou a adotar o modelo de governança corporativa. Na época, foi nomeado como novo Presidente Executivo o Dr. Vítor Sérgio Couto dos Santos.

No atual organograma, Dr. Hermes preside o Conselho de Família, continuando a participar da administração do Instituto com a competência e a lucidez com que sempre o fez.

Neste ano, em que o Hermes Pardini completa meio século, passa a funcionar em sua nova sede. Após anos de estudo, consultorias e planejamento, começa a tomar forma a implementação de seu núcleo técnico operacional, previsto para começar a operar no segundo semestre.

Com aproximadamente 100.000m², num total de 21.000m² de área construída, o núcleo técnico operacional está estrategicamente localizado a cerca de 8 minutos do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, o que facilitará ainda mais o transporte de materiais de apoio. Será subdividido em duas edificações principais, já construídas. Uma abrigará as áreas administrativas e de apoio, e a outra as áreas técnicas e o apoio operacional.

Nas ocasiões em que estive em algum laboratório da rede Hermes Pardini, chamaram-me a atenção as mensagens, frases, pensamentos

afixados nos balcões e paredes, com sábios ensinamentos de vida e grande qualidade literária.

No pouco tempo que me coube esperar pelo atendimento, me entretinha lendo as mensagens e minha interpretação foi sempre a de que ali havia mais a oferecer que uma prestação de serviço de saúde. Havia afetividade, preocupação com o próximo e muito amor.

O amor, Dr. Hermes, esse sentimento que nos impulsiona a fazer acontecer, talvez seja o diferencial da postura, da conduta que dá destaque ao Instituto Hermes Pardini e o faz merecedor de nossa reverência nesta noite.

Esta é uma homenagem ao senhor, Dr. Hermes Pardini, e a todos aqueles que buscam acrescentar à sua existência o valor que brota do trabalho, da prospecção dos valores que resultam em riqueza humana e material. É uma honra para mim a oportunidade de levar aos rincões deste Estado uma história tão rica, tão intensa, tão densa, uma lição de vida, de dignidade e coragem, desprendimento e humildade, valores essenciais ao grande homem que o senhor se propôs ser e o é.

Hoje, como disse ao senhor, mais de 240 Municípios, sem considerar a transmissão pela TV a cabo, estão acompanhando esta reunião pela TV Assembleia e passam a conhecer esta pessoa honrada, honesta que é o senhor. Peço a Deus que lhe dê muita saúde e muita paz e também a D. Carmem, ao seu filho e aos seus funcionários e agradeço a Deus a vida do senhor, pelo homem e o exemplo que o senhor é para todos nós e todos os profissionais. Muito obrigado. Boa noite.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado Doutor Viana, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Hermes Pardini, Presidente do Conselho de Família do Instituto Hermes Pardini, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: "O Instituto Hermes Pardini, especializado em medicina laboratorial, tem-se destacado, desde 1959, pelo trabalho de uma equipe altamente qualificada e comprometida com a eficiência dos serviços prestados, que garantem segurança e conforto a seus clientes e geram credibilidade nos diagnósticos apresentados. Nas comemorações dos seus 50 anos de fundação, a homenagem e o reconhecimento da Assembleia Legislativa de Minas Gerais a esse Instituto pelo excelente desempenho na realização de suas atividades e pela valorosa contribuição à sociedade mineira".

O Sr. Presidente - A Presidência, com muita alegria, convida o Deputado Célio Moreira, brilhante autor do requerimento que propiciou esta homenagem justa ao Instituto Hermes Pardini pelo cinquentenário da sua bela existência, para participar da entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Hermes Pardini

Agradeço ao Deputado Célio Moreira esta importante homenagem. Nesta noite tão especial, gostaria de dividir com vocês um pouco da história do laboratório. Ela começa com meu pai, Armando. Nasci em São Paulo, mas vim para Belo Horizonte ainda criança, quando ele foi transferido para cá.

Ele era gerente do Laboratório Schering e era apaixonado por medicina. Quando visitava os médicos, dava uma verdadeira aula de Farmacologia. Ele também patrocinava jornadas de medicina. Por todos esses motivos, os médicos adoravam as visitas do meu pai e tinham por ele grande amizade. Essa admiração lhe rendeu o título de Médico Honorário concedido pela Associação Médica de Minas Gerais.

O amor de meu pai à medicina me fez desde cedo querer ser médico. Formei-me pela Faculdade de Medicina da UFMG e me especializei em endocrinologia, também por influência de meu pai. Ele tinha um pequeno laboratório em nossa casa para isolar hormônios para pesquisas que ele reproduzia através de leituras. Nossa casa era povoada de livros de endocrinologia.

Após me formar, fiz um estágio no Rio de Janeiro com um grande especialista em dosagens hormonais, o Prof. Fernando Ubatuba. Voltei para Belo Horizonte cheio de esperança e determinação.

Meu pai alugou uma pequena sala no Edifício Borges da Costa, na Rua São Paulo, onde implantei algumas dosagens hormonais. No dia 10/8/59, emocionado e cheio de alegria, recebi o meu primeiro pedido de exame no laboratório.

Os primeiros anos foram difíceis. Demorou um pouco para conquistarmos a confiança de clientes e médicos, mas, com um trabalho sério e de qualidade, conseguimos vencer todas as adversidades. Hoje, 50 anos depois do primeiro exame realizado no laboratório, não poderia deixar de agradecer à Carmem, minha maior auxiliar e companheira por toda a minha vida à frente da empresa. Agradeço à minha filha, à minha família, aos meus funcionários e a todos os presentes que nos prestigiam nesta noite. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Meu querido Hermes Pardini, que recebe, em nome do Instituto por ele fundado, esta homenagem, como já disse, justa que a Assembleia lhe presta, mercê de um requerimento iluminado do Deputado Célio Moreira, que faz justiça aos 50 anos desse grande trabalho que o Instituto realiza para todos nós mineiros.

Cumprimento o Secretário de Agricultura Gilman Viana, que aqui também representa o grande Governador de todos os mineiros, com muito orgulho, o Governador Aécio Neves. Cumprimento essa pessoa extraordinária, também exemplo de vida, que é o Cônsul Honorário do Canadá e que aqui representa a ACMinas, como seu Diretor, Dr. Ricardo Guimarães. É uma honra tê-lo aqui conosco. Cumprimento também mais uma vez o Deputado Célio Moreira, pela sua extraordinária iniciativa aprovada por todos, a homenagem ao Instituto Hermes Pardini pelos 50 anos. Parabéns, Deputado Célio Moreira.

E pelo sentimento de família, cumprimento os familiares aqui presentes: a esposa D. Carmem, os filhos Áurea, Vítor e Regina, os netos Denise e Felipe, de Áurea, Laura, do Vítor, e Leo, Leonardo, Carol, Carolina, e Regina.

Demais autoridades aqui presentes, funcionários do Instituto, outros familiares e amigos do Dr. Pardini, telespectadores da nossa TV Assembleia, funcionários desta Casa, senhoras e senhores, o mais importante laboratório de patologia clínica de Minas Gerais, o Instituto Hermes Pardini, referência indispensável para a saúde de nossa população, tem o seu cinquentenário comemorado nesta Casa, que representa os interesses e anseios de nossos cidadãos.

A trajetória do Instituto é o reflexo da luta sem esmorecimento e do empenho pessoal do seu fundador, permanentemente preocupado, ao longo de todos esses anos, com o dinamismo e as constantes inovações que ocorrem em sua área, garantindo aos usuários um atendimento pautado pela segurança e pela eficácia.

O Dr. Hermes Pardini soube transmitir aos seus funcionários, por meio do treinamento mais adequado, a sólida confiança que transmitem aos clientes com a qualidade de seu desempenho profissional.

Inicialmente dedicado apenas a dosagens hormonais e instalado em uma pequena sala no Centro de Belo Horizonte, o Instituto transformou-se nessa grande instituição, com unidades que oferecem seus serviços pelos diversos bairros da cidade e mesmo da região metropolitana.

O corpo médico mineiro tem à sua disposição os mais completos exames de anatomia patológica, importantes subsídios para seus diagnósticos, ao mesmo tempo em que os pacientes do sexo feminino utilizam-se das avançadas técnicas presentes nos exames do departamento de citologia.

O diagnóstico por imagem, em seus diversos aparelhos, dispõe de equipamentos de última geração, enquanto o departamento de genética humana conta com um laboratório apto a atuar na determinação de paternidade, na medicina forense e no diagnóstico de doenças genéticas.

Já o setor de vacinas, atendendo ao público de todas as idades, funciona em salas exclusivas e com um pessoal continuamente treinado.

A qualidade dos serviços prestados em todas as unidades é atestada por programas externos de qualidade e assegurada pela padronização dos processos, que permitem um desempenho caracterizado pela exatidão e pela precisão.

Tendo como seu atual Presidente Executivo o Dr. Vítor Sérgio Couto dos Santos, médico pós-graduado em gestão empresarial avançada e mestre em gestão da saúde, o Instituto continua contando com a supervisão de seu fundador, agora na Presidência do Conselho de Família. Afinal, o Instituto Hermes Pardini é o fiel retrato do homem que o criou, com o apoio e a compreensão de sua esposa Carmem, com quem dividiu os longos anos de custoso esforço para manter o laboratório criado por um jovem e ainda desconhecido médico mineiro, recém-chegado de um estágio em Manguinhos, no Rio de Janeiro.

O jovem Hermes dispunha-se a realizar um sonho de seu pai, Armando Pardini, apaixonado por laboratórios e que com dificuldades custeou seus estudos universitários. Sua grande disposição para o trabalho, aliada à vontade de partilhar seus conhecimentos, levou-o também à carreira universitária, tendo, por mais de uma década, dado aulas e atuado nos ambulatórios e no laboratório de endocrinologia da Faculdade de Medicina da UFMG.

Quem vai pessoalmente às unidades do Instituto ou quem habitualmente lê os artigos com que costuma colaborar com a imprensa tem a oportunidade de conhecer seu pensamento, distribuído frequentemente em instigantes quadros pelas paredes dos centros de atendimento. Nesses escritos, percebemos, como mencionou o Deputado Célio Moreira, autor do requerimento, sua preocupação humanista, denotando a espiritualidade herdada de sua mãe, D. Lavínia, que, juntamente com o exemplo de Armando Pardini, seu devotado pai, ensinou-lhe os altíssimos valores da honra pessoal, da responsabilidade profissional e do senso da justiça.

Os 50 anos do Instituto Hermes Pardini representam a história de uma instituição que, vencendo grandes adversidades, transformou-se no grande exemplo de gestão de saúde, praticada com competência, dedicação e alto senso de profissionalismo. Mas representam também a história de vida de seu fundador, cujo nome se insere na própria história de Belo Horizonte e de Contagem. Todos nós temos por ele um grande respeito e uma admiração profunda. Todos nós confiamos plenamente nos serviços de sua organização. Obrigado, Prof. Hermes Pardini, por essa grande obra construída pelas mãos do trabalho, da persistência e, certamente, por um grande amor à sociedade e à humanidade. Esta homenagem é justa, o senhor muito bem a merece. Parabéns. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 17, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Ata da 18ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 5/8/2009

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Carlin Moura e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: em turno único, Projetos de Lei nºs 3.448/2009 (Deputado Carlin Moura), 3.445/2009 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 3.465/2009 (Deputado Deiró Marra); 3.444/2009 (Deputada Gláucia Brandão). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.128/2009, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Gláucia Brandão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.308/2009 (relator: Deputado Deiró Marra), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.150, 4.217, 4.263, 4.266, 4.267 e 4.273/2009. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.392/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Ruy Muniz em que solicita reunião de audiência pública no Município de Januária, com a finalidade de debater o fechamento de 26 das 27 creches existentes no Município; Gláucia Brandão e Carlin Moura em que solicitam reunião com a presença de integrantes da Comissão de Acompanhamento do Plano Decenal de Educação, para que seja apresentado estudo referente ao documento final do Fórum Técnico da Educação, realizado nesta Casa; Carlin Moura por meio do qual encaminha, para arquivamento nesta Comissão, cópia de Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Estadual, o Estado, a Fundação Helena Antipoff, o Centro de Pesquisa e Projetos Pedagógicos Helena Antipoff, o Sindicato dos Professores e o Sindicato dos Auxiliares Administrativos de Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2009.

Ruy Muniz, Presidente - Deiró Marra - Gláucia Brandão.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/8/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 16/2007, do Deputado Eros Biondini, que obriga a implantação do processo de coleta seletiva de lixo em "shopping centers" e outros estabelecimentos que especifica. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Turismo perdeu prazo para emitir parecer. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 2, ficando prejudicada a Emenda nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.500/2009, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$246.668.45,50 ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 566/2007, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a política estadual de estímulo à construção de barragens e de desenvolvimento econômico das regiões dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e Norte de Minas. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.440/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.762/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre instalação de brinquedotecas em hospitais, clínicas, unidades de saúde e estabelecimentos similares, para atendimento pediátrico em regime de internação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.857/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a concessão de incentivo a empresa que contratar empregados egressos do sistema prisional e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.366/2008, do Deputado Fahim Sawan, que determina aos hospitais, às casas de saúde e às clínicas conveniadas com o SUS colocarem em local visível e de maior circulação de público letrado com a seguinte frase: "Temos convênio com o SUS", na forma que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Saúde.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da Comissão DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 19/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 18ª Reunião Ordinária da Comissão DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 19/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.269/2009, da Comissão do Trabalho, 4.288/2009, do Deputado Eros Biondini; 4.317/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.346/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 4.360/2009, do Deputado Ademir Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da Comissão DE MINAS E ENERGIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 19/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.349/2009, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 19/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.984/2009, do Deputado Braulio Braz; 3.163/2009, do Deputado Zé Maia; 3.210/2009, do Deputado Domingos Sávio; 3.338 e 3.442/2009, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 413/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.300/2009, do Deputado Domingos Sávio; 3.441 e 3.480/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.341/2009, da Comissão de Participação Popular, e 4.358/2009, do Deputado Sebastião Costa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 19/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.448/2009, do Deputado Vanderlei Jangrossi; e 3.465/2009, do Deputado Antônio Júlio.

Requerimentos nºs 4.344 e 4.345/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 19/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.249/2009, do Deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.433/2009, do Deputado Tiago Ulisses.

Requerimentos nºs 4.298 e 4.299/2009, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 4.362/2009, do Deputado Arlen Santiago; e 4.370/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária da Comissão DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 19/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 17ª Reunião Ordinária da Comissão DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 19/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.352/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.336, 4.352/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.363/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 4.366/2009, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 17ª Reunião Ordinária da Comissão DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 19/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.347/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; e 4.367 e 4.368/2009, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 19/8/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.350 e 4.351/2009, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 19/8/2009, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 16/2007, do Deputado Eros Biondini, que torna obrigatória a implantação do processo de coleta seletiva de lixo em "shopping centers" e outros estabelecimentos que especifica; 566/2007, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a política estadual de estímulo à construção de barragens e de desenvolvimento econômico das regiões dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e Norte de Minas; 1.762/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a instalação de brinquedotecas em hospitais, clínicas, unidades de saúde e estabelecimentos similares, para atendimento pediátrico em regime de internação; 1.857/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a concessão de incentivo a empresa que contratar empregados egressos do sistema prisional e dá outras providências; 2.366/2008, do Deputado Fahim Sawan, que determina aos hospitais, às casas de saúde e às clínicas conveniadas com o SUS colocarem em local visível e de maior circulação de público letrado com a seguinte frase: "Temos convênio com o SUS", na forma que menciona; 3.440/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica; e 3.500/2009, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$246.668.45,50 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 18 de agosto de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Guedes, Ademir Lucas, Sebastião Helvécio e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/8/2009, às 10 horas, no auditório da Faculdade Integrada de Caratinga - FIC -, com a finalidade de debater, em audiência pública, os benefícios e impactos do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, na região da Vertente Ocidental do Caparaó, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2009.

Cecília Ferramenta, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.168

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Gomes, Gilberto Abramo, Lafayette de Andrada e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/8/2009, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2009.

Ronaldo Magalhães, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/8/2009, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 1.857/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2009.

João Leite, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1.857/2007

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - A empresa domiciliada no Estado que contratar no mínimo dois detentos dos regimes semiaberto ou aberto, egressos do sistema prisional, ou ex-usuários de álcool e outras drogas que estejam comprovadamente há mais de doze meses longe do vício, receberá incentivo fiscal conforme estabelece esta lei."

Sala das Reuniões, 18 de agosto de 2009.

Fahim Sawan

Justificação: Tendo em vista a grandiosidade do projeto de lei do Deputado Dinis Pinheiro visando a melhoria da qualidade de vida dos egressos do sistema prisional proponho que seja ampliado o horizonte de beneficiários, de modo a abranger também os adictos, vale dizer, ex-usuários de álcool e outras drogas que estejam comprovadamente, há mais de 12 meses longe do vício. Esta emenda tem por objetivo minimizar os preconceitos sofridos por pessoas nessa situação, além de contribuir de forma significativa para a diminuição do uso de drogas no Estado. Ampliar tal benefício aos adictos seria um avanço ainda maior no que diz respeito à redução da demanda por drogas no Estado, na medida em que essas pessoas, uma vez recuperadas do vício, teriam um emprego efetivo que lhes proporcionaria um salário razoável para prover sua subsistência, o que faria com que permanecessem longe das drogas e da criminalidade, objetivo principal do projeto.

Portanto, para que possamos aumentar ainda mais a qualidade de vida da população de Minas Gerais, principalmente no que diz respeito à segurança e ao combate às drogas, entendo ser de fundamental importância que se estenda o benefício de que trata o projeto para empresas que admitam, além de egressos do sistema prisional, também os adictos, ex-usuários de álcool e outras drogas que se tenham recuperado e tenham direito, assim como os ex-detentos, a uma vida digna e mais humana.

EMENDA Nº 2

Dê-se a seguinte redação ao inciso III do art. 5º:

"Art. 5º - O Poder Executivo especificará em regulamento:

I - (...)

III - as condições para o acesso do egresso do sistema prisional do Estado ao Programa a que se refere o art. 3º desta lei, incluindo as exigências técnicas pertinentes e a garantia de vagas para as mulheres egressas do sistema prisional do Estado, na mesma proporção de sua participação na população carcerária."

Sala das Reuniões, 18 de agosto de 2009.

Cecília Ferramenta

EMENDA Nº 3

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - A empresa domiciliada no Estado que contratar no mínimo dois detentos dos regimes semiaberto ou aberto, egressos do sistema prisional ou dependentes químicos em tratamento, receberá incentivo fiscal conforme estabelece esta lei."

Sala das Reuniões, 18 de agosto de 2009.

Célio Moreira

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.423/2009

Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Lavrense dos Artesãos e Arte Culinária - Alac -, com sede no Município de Lavras.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.423/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Lavrense dos Artesãos e Arte Culinária, com sede no Município de Lavras, que tem como objetivo auxiliar e contribuir para o fomento e a racionalização do artesanato, valorizando o artesanato local e melhorando o desempenho de seu produtor.

Dessa maneira, promove, assessora e representa o artesão em sua prática laboral e profissional; auxilia o seu associado na comercialização de seus produtos; celebra convênios com órgãos públicos e privados para subsidiar suas iniciativas; promove cursos, palestras, encontros e debates, visando à troca de experiências e ao bem-estar social e material de seus representados.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.423/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2009.

Fábio Avelar, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.500/2009

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe, encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 383/2009, autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG.

Publicado no "Diário do Legislativo" em 10/7/2009, foi o projeto distribuído a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 160 da Constituição do Estado e do art. 204 do Regimento Interno.

Nos termos do § 2º do referido art. 204, foi concedido prazo de 20 dias para apresentação de emendas. No decurso do prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Fundamentação

O projeto de lei em tela tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$246.668.045,50, para atender a:

- despesas com pessoal e encargos sociais, no valor de R\$114.875.338,50;
- despesas com proventos de pensionistas, no valor de R\$43.500.000,00;
- despesas com manutenção de atividades, no valor de R\$4.000.000,00;
- despesas com aquisição de material de consumo em diversas comarcas, no valor de R\$2.610.707,00;
- despesas com pagamento de auxílio-creche, no valor de R\$300.000,00;
- despesas com construção de unidades prediais, no valor de R\$60.000.000,00;
- despesas com aquisição de equipamentos e material permanente, no valor de R\$21.000.000,00;
- despesas com a implantação de uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Comarca de Belo Horizonte, no valor de R\$382.000,00.

Inicialmente, ressaltamos que o projeto se faz necessário em virtude de a Lei Orçamentária Anual – LOA –, Lei nº 18.022, de 2009, não conter autorização para o Poder Executivo abrir crédito suplementar ao orçamento do Tribunal de Justiça do Estado.

Conforme os arts. 41 e 42 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes federados, os créditos suplementares, que se destinam a reforço de dotação insuficientemente prevista na lei do orçamento, serão autorizados por lei e abertos por decreto. Além disso, o art. 43 determina que a abertura desses créditos depende da existência de recursos e será precedida de exposição justificativa.

Em consonância com o disposto na referida lei federal, o projeto informa em seu art. 2º que, para a abertura do crédito solicitado, serão

utilizados recursos provenientes de:

- anulação de dotações orçamentárias do TJMG, no valor de R\$14.000.000,00;
- excesso de arrecadação previsto da receita de Contribuição à Aposentadoria, previsto para o corrente exercício, no valor de R\$550.000,00;
- saldo financeiro da receita de Contribuição à Aposentadoria, exercício de 2008, no valor de R\$525.338,50;
- excesso de arrecadação da receita de Recursos Diretamente Arrecadados, previsto para o corrente exercício, no valor de R\$82.600.000,00;
- superávit financeiro de exercícios anteriores da receita de Recursos Diretamente Arrecadados, no valor de R\$125.000.000,00;
- excesso de arrecadação da receita da Taxa de Fiscalização Judiciária, previsto para o corrente exercício, no valor de R\$21.000.000,00;
- saldo financeiro da receita da Taxa de Fiscalização Judiciária, exercício de 2008, no valor de R\$2.610.707,00;
- convênio MJ nº 41/2008, entre o Ministério da Justiça e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, firmado em 26/6/2008, objetivando a implantação de uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Comarca de Belo Horizonte, no valor de R\$382.000,00, sendo R\$56.000,00 referentes a rendimentos de aplicação financeira.

O art. 3º do projeto ressalva que a abertura do crédito observará as normas pertinentes da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF -, Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, em especial os limites de despesa com pessoal ativo e inativo.

Informamos que a LRF, no art. 20, II, "b", determina que a despesa total com pessoal do Poder Judiciário dos Estados não poderá exceder a 6% da Receita Corrente Líquida - RCL. Já o art. 21 determina, além da elaboração da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, que o aumento de despesa não afete as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos subsequentes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. Adicionalmente, o ordenador da despesa deverá fazer uma declaração de que os gastos estão adequados à Lei Orçamentária Anual e são compatíveis com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Destacamos que apenas os valores previstos nos incisos I e II do art. 1º do projeto em análise se referem a despesas com pessoal, totalizando R\$158.375.338,50. O valor previsto no inciso V do mesmo artigo não entra no cálculo, conforme estabelecido na Lei Federal nº 10.877, de 2004. Os demais valores previstos no art. 1º referem-se a investimentos ou despesas de custeio.

De acordo com dados extraídos do Armazém Siafi em 11/8/2009, a execução orçamentária regulamentada pelo § 2º do art. 18 da LRF até o mês de julho indica que a despesa com pessoal do Poder Judiciário se encontra dentro dos limites legais. Porém, destacamos que RCL de R\$38,9 bilhões estimada para o corrente ano na LOA não vem se realizando devido à crise financeira internacional. Segundo dados divulgados pela Secretaria de Estado de Fazenda, a RCL dos 12 últimos meses foi de R\$28,9 bilhões. Desta forma, caso a arrecadação estadual não atinja a estimativa para 2009 e o Tribunal de Justiça realize os créditos suplementares previstos nos incisos I e II do art. 1º do projeto em análise, o limite prudencial definido no parágrafo único do art. 22 da LRF será excedido.

Caso o limite prudencial seja excedido, o Poder Judiciário fica impedido de conceder vantagem, aumento ou reajuste a qualquer título, salvo os derivados de precatórios judiciais ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão geral anual. Além disso, fica vedada a criação de cargo, emprego ou função; a alteração da estrutura de carreira que importe aumento de despesa; o provimento de cargo público, a admissão ou a contratação de pessoal e todas as medidas que impliquem aumento de despesas com pessoal.

Feitas as ressalvas acima e tendo em vista que o crédito suplementar não cria nem aumenta despesas, apenas autoriza a abertura de crédito ao orçamento atual, entendemos que o projeto em análise atende às exigências legais e, portanto, não apresenta óbice a sua aprovação.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.500/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2009.

Zé Maia, Presidente e relator - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Délio Malheiros - Juarez Távora - Lafayette de Andrada.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 2.715/2008

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

O Projeto de Lei nº 2.715/2008, do Deputado Gilberto Abramo, "proíbe as empresas que exploram locação imobiliária de transferir as contas de água e de luz para o nome do fiador".

A proposta foi aprovada em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da lavra da Comissão de Constituição e Justiça.

Vem agora a matéria a esta Comissão para receber parecer em 2º turno, nos termos do Regimento Interno, ocasião em que também se elabora o parecer do vencido em 1º turno.

Fundamentação

A intenção da proposta em tela é proibir que as empresas exploradoras de locação imobiliária no Estado transfiram as contas de água e de energia elétrica para o nome do fiador. Havendo descumprimento da lei, a empresa deverá ressarcir o valor em dobro ao fiador.

Essa prática das empresas prestadoras de serviços imobiliários - que, em vez de colocarem as contas de água e de energia elétrica em nome do locatário, transferem-nas para o nome do fiador - demonstra desconhecimento de que a fiança é contrato acessório e a responsabilidade do fiador é subsidiária.

A ideia do projeto em exame é boa; todavia, conforme demonstrou a Comissão de Constituição e Justiça, a matéria refere-se ao direito civil, e compete privativamente à União sobre ele legislar.

Para sanar o vício detectado, a referida Comissão apresentou substitutivo para obrigar as empresas imobiliárias a afixar em suas dependências, em local visível, cartaz contendo a transcrição dos arts. 818 e 827 da Lei Federal nº 10.406, de 10/1/2002. O art. 818 define o que é o contrato de fiança, aquele pelo qual uma pessoa garante cumprir uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não a cumpra. O art. 827 estabelece que o fiador demandado pelo pagamento da dívida tem direito a exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiramente executados os bens do devedor. Segundo o parágrafo único desse artigo, o fiador que alegar o benefício de ordem, a que se refere este art. 827, deve nomear bens do devedor, quantos bastem para solver o débito, sitos no mesmo Município, livres e desembargados.

No substitutivo, foi previsto ainda que o descumprimento dos comandos legais sujeitam o infrator às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.078, de 11/9/90, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Com as alterações promovidas, há que concluir que a proposta em estudo merece o acatamento desta Comissão, na medida em que contribui para que as relações jurídicas estabelecidas entre locador, locatário e fiador se desenvolvam de modo mais justo e equilibrado.

Conclusão

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.715/2008 na forma do vencido em 1º turno.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2009.

Adalclever Lopes, Presidente - Gil Pereira, relator - Délio Malheiros.

PROJETO DE LEI Nº 2.715/2008

(Redação do Vencido)

Torna obrigatória a afixação de cartaz em imobiliárias sobre a responsabilidade do fiador.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam as empresas imobiliárias obrigadas a afixar em suas dependências, em local visível, cartaz contendo a transcrição dos arts. 818 e 827 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Art. 2º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às penalidades previstas nos arts. 56 a 59 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 12/8/2009

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia em várias cidades de Minas Gerais, demos início aos nossos trabalhos deste segundo semestre na semana passada, e já existem temas importantes a serem discutidos e apreciados até o final deste ano.

Ainda ontem, ao aprovar o projeto que cria o novo Código Florestal de Minas Gerais, apesar de alguns avanços, verificamos ser esse um assunto que causa grande preocupação no Norte de Minas Gerais.

A atuação dos órgãos ambientais no Estado, especialmente no que se refere ao tratamento dispensado por eles à classe produtora do Norte de Minas, aos agricultores familiares e assentados, enfim, à toda a população daquela região, tem-nos causado um grande espanto. É importante que chegue ao Governador e ao Secretário de Meio Ambiente a indignação, o descontentamento de todo o Norte de Minas no que diz respeito à atuação dos órgãos ambientais. Querem transformar a nossa região em uma grande reserva ambiental: o Norte de Minas está hoje para Minas Gerais como a Amazônia está para o mundo e para o Brasil. Só que o Estado esquece que, naquela região, também há gente e que essas pessoas - nós, norte-mineiros, povo ribeirinho, povo catrumano - ajudaram a construir esse Estado. Minas começou ali, em Matias Cardoso, na beira do Rio São Francisco; foi de lá que saiu todo o sustento para se criar Minas Gerais, para sustentar as minas do ouro. Essa região, que foi esquecida por tantos governos, está vendo o País crescer, desenvolver-se e também está querendo crescer, já que tem todas as condições para isso. Porém estamos proibidos de sonhar, porque, no Norte de Minas, não se pode mais investir, não se pode plantar, não se pode mais roçar um pasto, não se pode fazer mais nada. A atividade produtiva está proibida de avançar, porque a legislação ambiental está sendo implantada ali, virou uma ditadura contra o desenvolvimento da nossa região. Esses mesmos órgãos de meio ambiente permitiram que o Triângulo Mineiro desmatasse tudo; permitem que a Copasa jogue todo o esgoto de Belo Horizonte e região metropolitana no Rio das Velhas, que cai no Rio São Francisco e mata os peixes, tira oportunidade de nossos pescadores. Os mesmos órgãos fecham os olhos para a Votorantim Metais, uma das grandes poluidoras do Rio São Francisco; fecham os olhos para a Copasa, que pega o esgoto de Brasília de Minas e joga no Rio Paracatu,

matando-o por completo. Os órgãos de meio ambiente não enxergam esses fatos, não falam nada sobre isso, sobre a matança que existe, sobre os crimes ambientais cometidos pela Cemig. No entanto um pequeno produtor não pode roçar o seu capim, como aconteceu no mês passado, com o Sr. Claudino Major Ribeiro, de Miravânia; como está acontecendo com os pequenos produtores do Jaíba; como está acontecendo com os assentamentos de reforma agrária, onde as pessoas não podem sequer limpar o local para a construção de sua casa. É assim que os órgãos de meio ambiente estão tratando a nossa região.

Não somos contra, não queremos devastar tudo, não é isso. Entretanto entendemos que o desenvolvimento precisa ser sustentável, que os órgãos de meio ambiente devem arrumar uma solução negociada, e não terem a pretensão de fazer tudo agora apenas com uma região do Estado. Inventaram o problema da mata seca e, agora, o da mata atlântica. Não sei o que mais eles inventarão. Os produtores da nossa região estão apavorados.

Por isso fica aqui um pedido especial. Temos a solução: tenho dois projetos de lei tramitando nesta Casa, um deles do Ecocrédito.

Já que o governo não quer deixar ninguém produzir no Norte de Minas, região que se quer transformar em grande reserva ambiental, vamos indenizar nossos produtores pagando-lhes por hectare preservado. Os proprietários do Norte de Minas aceitam essa proposta. O que não se pode aceitar é que se empobreça uma região, como está acontecendo no Norte de Minas, com a proibição da atividade produtiva. Com isso, a cada dia se restringem as opções de crescimento do Norte, região que todos os anos lida com a tristeza de ver pais de família deixarem suas esposas e filhos e entrarem em um ônibus caindo aos pedaços para ir cortar cana no Triângulo Mineiro, colher café no Sul de Minas ou trabalhar no interior de São Paulo. Essas pessoas, que poderiam estar trabalhando em nossa região, não podem fazê-lo porque o IEF, a Secretaria de Meio Ambiente, a Feam, o Igam, o Ministério Público, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar - já que todos viraram órgãos ambientais - escolheram essa região, a capricho, para nela implantar a ditadura ambiental.

Estamos muito atentos a isso e neste semestre, ainda que nos cansemos de falar, vamos colocar o dedo na ferida. Vamos realizar audiências públicas e conversar com os representantes do meio ambiente e do governo e com as autoridades envolvidas. Já que querem transformar o Norte mineiro em uma grande reserva ambiental, o governo terá de assumir a responsabilidade de indenizar os nossos produtores e dar uma compensação financeira aos nossos Municípios, que estão de pires na mão. O Norte já é maltratado há séculos com a falta de investimentos; agora, que chegou a sua vez de crescer, com o interesse de grandes empresas em instalar-se na região, deparemos com isso. Temos ali o Projeto Jaíba, o maior da América Latina, mas que está emperrado, sem conseguir andar.

Na semana passada, visitei a grande fábrica de sucos da Pomar Brasil, que se instalou no Projeto Jaíba, mas fiquei triste, Deputado Durval Ângelo, ao ver que estão comprando as frutas em Goiás e na Bahia porque não se produz no Projeto Jaíba, uma vez que os produtores não conseguem a licença ambiental. Quando o problema não é com a licença ambiental, é com a taxa de água ou a de luz, da Cemig, a mais cara do mundo. Precisamos desonerar esses produtores, e propostas como a de se retirar o ICMS das contas de energia para a agricultura do Norte, do semiárido mineiro, serão bem-vindas. O governo poderia tomar essa atitude ajudando a socorrer uma região que está de pires na mão. Poderia, por exemplo, colocar relógios noturnos nos postos artesanais comunitários da região, que é pobre e onde as pessoas não têm condição sequer de pagar pela água. Normalmente, as pessoas precisam sair dali para ganhar a vida cortando cana no Triângulo Mineiro, sendo que poderiam estar produzindo no Norte e no Vale do Jequitinhonha, uma região muito extensa e com grande potencial.

Por esses motivos, vamos levantar aqui esses temas, que vamos debater por todo este semestre, procurando fazer com que a voz dessa região, a voz do povo ribeirinho, do povo norte-mineiro, possa soar nesta Casa Legislativa e chegue também ao Palácio da Liberdade, a Brasília e aos ouvidos do Secretário de Meio Ambiente e das autoridades do Estado, para avançarmos. Se somos um Estado, todas as regiões devem ser tratadas de forma igual. Não podemos "pagar o pato" pelo desenvolvimento de outras regiões. O Norte de Minas não pode agora ficar com todo o passivo do desenvolvimento da Região Metropolitana, do Sul de Minas, do Vale do Aço e do Triângulo Mineiro. Querendo avançar, não conseguimos fazê-lo, por causa da burocracia governamental e da ditadura ambiental que se instalou na região.

Continuaremos a nossa luta em defesa do direito de ir e vir das pessoas. Fizemos uma série de movimentos de enfrentamento com o DER no mês passado. Também ali se instalou a indústria da multa, não só ambiental, mas contra os taxistas, que não podem mais sair de sua cidade para levar uma pessoa a Montes Claros. É a perseguição contra os caminhoneiros da nossa região e contra os produtores rurais. Desta tribuna e do mandato deste parlamentar, faremos um movimento para sensibilizar o governo, e espero ter o apoio dos colegas desta Casa. O Norte de Minas, nossa região, precisa ser tratado de forma diferenciada.

Quero fazer também um chamado às associações de Municípios, Amams, no Norte de Minas, e AMM, que sempre organizam marchas a Brasília cobrando a reposição do FPM, uma reivindicação justa que foi atendida pelo Presidente Lula. Mas nunca vi nenhum Prefeito movimentar-se para cobrar do governo do Estado a reposição do ICMS. Seria uma boa medida também o governo estadual repor as perdas dos Municípios com o ICMS, como fez o governo do Presidente Lula, para socorrer esses Municípios, que vêm passando grandes dificuldades.

Por isso, encerro cobrando da Copasa e da Cemig tratamento diferenciado para uma região pobre como a nossa, o Norte de Minas, e especialmente cobrando dos órgãos de meio ambiente que olhem o Norte de forma diferenciada, porque já estamos criando ali um movimento de resistência. O Norte, que há 300 anos se rebelou com a Guerra dos Emboabas e teve uma grande heroína, Maria da Cruz, que se revoltou contra os impostos da Coroa, pode organizar-se e revoltar-se agora contra a ditadura ambiental imposta pelos órgãos ambientais de Minas contra os produtores da nossa região. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Hely Tarquínio, Deputados presentes, senhoras e senhores da imprensa, povo de Minas Gerais, quero abordar dois assuntos. O primeiro é relativo ao Código Florestal, que foi mencionado pelo Deputado Paulo Guedes e que votamos na noite de ontem, em 2º turno. O Código Florestal certamente passará pela sanção do Governador e pelo menos melhorará um pouco o tratamento dos órgãos ambientais aos trabalhadores do Estado, principalmente os pequenos produtores rurais.

Gostaria de fazer um adendo ao discurso do Deputado Paulo Guedes. O maior entrave ao Norte de Minas hoje não decorre da legislação estadual. Obviamente, ocorreram avanços no Código Florestal, com o tratamento igualitário a todos os proprietários, a todos os produtores rurais. Mas o principal problema resulta de um decreto do Presidente Lula que estabeleceu o perímetro da mata atlântica. Por causa desse decreto, praticamente todo o Norte de Minas, que é composto pelo cerrado e pela mata seca, ficou dentro da área de mata atlântica, e hoje, praticamente, não se faz nada na região. Não se pode plantar nada nem desmatar nada, e os produtores rurais estão apavorados.

A previsão é que, deste ano para o ano que vem, haverá aproximadamente 250 mil pequenos produtores rurais sem condições de sustentar suas famílias. Eles não poderão suprimir a mata nativa ou a mata primária. Aliás, hoje não se pode mais plantar mesmo nas áreas que já haviam sido desmatadas e cultivadas. Cerca de 80% a 90% do território norte-mineiro terá de ser destinado à reserva legal, porque isso consta de um decreto da mata atlântica.

Na semana passada, tivemos, em Jaíba, um projeto de fruticultura em que há 64.000ha plantados e 200.000ha de áreas preservadas. Querem agora que, dentro das áreas plantadas, reservem mais outra porção para a reserva legal. Isso inviabilizará totalmente o Projeto Jaíba.

É bom esclarecer que o nosso principal problema hoje é o decreto federal que qualificou o Norte de Minas como mata atlântica. A nossa luta precisa estender-se até Brasília. É fácil ir à tribuna, muitas vezes para fazer críticas. É necessário desviarmos as nossas atenções e os nossos

trabalhos para Brasília, por meio do envolvimento dos Deputados Federais, a fim de tentarmos fazer com que o Presidente Lula volte atrás nesse decreto que qualifica praticamente todo o Norte de Minas como reserva legal.

Temos problemas com os órgãos ambientais? É claro que sim. As principais reflorestadoras, assim como os principais trabalhos de retirada de água do subsolo, estão no Norte de Minas. Então, queremos que o IEF dê um tratamento diferenciado ao norte-mineiro, que o Igam e outros órgãos ambientais nos tratem de forma diferente, porque a nossa vocação é voltada para o campo, do qual precisamos para sobreviver. Estou sentindo que, deste ano para o próximo, teremos 250 mil flagelados e engordaremos, assim, a lista do Presidente Lula integrada pelas pessoas que fazem uso e precisam do Bolsa-Alimentação, do Bolsa-Escola, do Vale-Gás e dos vários vales que hoje constituem o programa social do Presidente da República. O norte-mineiro não precisa disso. Queremos trabalhar e temos condições para isso. Portanto, as audiências públicas serão importantíssimas para que o IEF, o Igam e o governo do Estado vejam o que está acontecendo. Aécio Neves é o grande Governador dos norte-mineiros, um homem sensível, que tem vocação e trabalho prestado à nossa região. Muitas coisas que acontecem infelizmente fogem do controle do Governador Aécio Neves. Isso está causando uma grande angústia ao produtor rural do Norte de Minas.

Outro assunto que gostaria de tratar nesta tarde se refere às BRs do nosso Estado. Eu e o Deputado Doutor Viana estivemos hoje com o Dr. Sebastião Donizette, Diretor-Geral do DNIT. No próximo dia 27, eu e o Deputado Doutor Viana, assim como os Deputados Célio Moreira, Ruy Muniz e outros parlamentares desta Casa, realizaremos, em Montes Claros, uma importantíssima audiência pública da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. Na verdade, será uma audiência bem diferente, pois faremos um percurso de Belo Horizonte até Montes Claros para conhecer o trabalho de restauração da BR-135. Essa viagem será importantíssima. Pararemos em vários pontos e veremos a duplicação de Belo Horizonte até o Trevão, bem como os três trechos do Trevão até Montes Claros, num percurso total de 300km.

Trataremos nessa audiência pública, que acontecerá no final da tarde, na Associação Comercial e Industrial de Montes Claros, de alguns pontos que não estão bem esclarecidos e que precisam ser discutidos com o DNIT e com as empresas que promovem a restauração total da BR-135. Falamos de uma obra no valor de R\$500.000.000,00, num percurso de 300km, o que perfaz em torno de R\$1.600.000,00 por quilômetro linear. É muito dinheiro. Por ser do povo brasileiro, tem de ser bem empregado. Não admitiremos, em nenhuma circunstância, que se faça reaproveitamento de qualquer trecho. Queremos que o cronograma da obra e o programa das empresas sejam entregues às milhares de pessoas que passam pela BR-135.

Atualmente, para irmos de Montes Claros a Bocaiúva, muitas vezes precisamos esperar uma hora e meia na fila de carros, pois se trata de um trecho de 40km. Quando liberam o trecho, milhares de veículos passam por lá durante uma hora e meia. Depois, fecham esse trecho e liberam o tráfego do outro lado. Isso está causando um transtorno muito grande aos passageiros, aos condutores dos veículos de transporte de carga, a todos os motoristas que passam pela BR-135. Por isso, essa audiência será fundamental. Repito que não vamos aceitar nenhum tipo de "ajeito" dessa BR, até o Deputado Doutor Viana foi enfático quanto a isso na audiência de hoje.

No primeiro trecho, os tratores estão retirando toda a pavimentação asfáltica, reforçando a base e fazendo nova pavimentação. Porém, isso não está acontecendo em Montes Claros. Você passa por lá e verifica que eles estão fazendo remendos e depois colocam uma base por cima. Alguns engenheiros já nos alertaram: se fizerem assim, poderá vir a ocorrer algum problema. Além disso, eles utilizam aquelas máquinas que vão fresando e "comendo" o asfalto. Refiro-me a um asfalto já antigo, de 30 anos, que é jogado dentro de uma caçamba, misturado novamente à massa asfáltica e reaproveitado. Assim, com certeza haverá prejuízo na qualidade do asfalto. Um engenheiro me falou que o asfalto feito dessa forma poderá ter vida útil diminuída em torno de 30%; no entanto, é preciso que essa estrada seja feita para poder durar. Não pode acontecer como sucedeu na BR-365, que liga Montes Claros a Pirapora, a qual foi restaurada e entregue há menos de um ano. Já estão preparando, pelo Programa de Conservação, Restauração e Manutenção de Rodovias - Crema -, um contrato de restauração da BR-365, BR que foi construída e entregue há menos de um ano. Por isso, é fundamental a realização dessa audiência pública.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Deputado Carlos Pimenta, quero parabenizar V. Exa. e dizer-lhe que, se Deus quiser, estarei presente nessa audiência pública. Sei que V. Exa. é um batalhador pela restauração da BR-135. Estivemos em Brasília, onde por várias vezes nos reunimos com Ministro, Senadores, Deputados Federais e Estaduais desta Casa para cobrar a restauração dessa estrada. Também estou preocupado, Deputado Carlos Pimenta, porque, do trecho do Trevão até Curvelo, realmente vimos a restauração da base. Agora, de Curvelo até Corinto, também vejo que o pessoal está fresando o asfalto, tirando-o e jogando-o em caçambas para o reaproveitarem. Há trechos - como falam, dos borrachudos - em que realmente é preciso refazer a base porque senão, daqui a alguns anos, a situação será uma tragédia, como acontece em alguns pontos da BR-135.

Portanto, mais uma vez, quero parabenizar V. Exa. e cobrar das empresas o cumprimento do que foi licitado. Queremos um trabalho de qualidade para que todos os que trafegam na BR-135, do Trevão até Montes Claros, possam viajar com tranquilidade e com segurança. O trecho de Curvelo até Augusto de Lima é muito preocupante. É necessária atenção especial dos engenheiros e dos especialistas na base desse trecho. Estou nessa luta com vocês.

O Deputado Carlos Pimenta - Muito obrigado pelo aparte. Penso que essa preocupação foi externada lá hoje ao Dr. Sebastião Donizette. Quero agradecer ao Deputado Gustavo Valadares, que já marcou, para o dia 27, audiência e visita às obras. Quero aproveitar também para fazer um convite e um apelo aos Deputados ligados ao Norte de Minas e à região Central, que deverão estar presentes nessa audiência. Também convidaremos os Deputados Humberto Souto, Jairo Ataíde, Saraiva Felipe, Virgílio Guimarães e José Santana, que estiveram presentes em todas as audiências públicas em Brasília; a Associação Comercial e Industrial de Montes Claros, inclusive para vir a Belo Horizonte e fazer esse percurso conosco até Montes Claros; o Presidente da Amams; o companheiro e amigo Prefeito Valmir Moraes; os Vereadores de Montes Claros e o Prefeito Luiz Tadeu Leite; Ricardo, Prefeito de Bocaiúva; Sileno, Prefeito de Engenheiro Navarro; os Prefeitos de Francisco Dumont, Joaquim Felício, Buenópolis, Augusto de Lima, Corinto e Curvelo. Disponibilizaremos o transporte de todos até o local da reunião. A imprensa nos acompanhará; engenheiros do DER-MG e do DNIT também nos acompanharão. Penso que devemos agir dessa forma. Estamos falando sobre uma obra que custará meio bilhão de reais. São R\$500.000.000,00, meu caro Wander. E, se dividirmos esse valor por 300, estaremos falando de R\$1.600.000,00 por quilômetro linear. Não derrubarão montanhas, não aterrarão precipícios e vales, não furarão montanhas para construir viadutos; retirarão o asfalto antigo e colocarão um novo. Não é preciso ser engenheiro para entender que um recurso como esse é suficiente para fazer praticamente uma estrada nova, mas estão aproveitando trechos. Então, alguém está ganhando com isso. Não será a população do Norte de Minas quem perderá. Teremos um encontro com os engenheiros, que nos acompanharão nesse trecho. Espero que os Vereadores das cidades abrangidas estejam presentes e nos esperem para a realização dessa audiência pública. Vamos exercer o nosso papel; vamos, principalmente, fiscalizar um recurso dessa monta, que será importante para restaurar uma das principais BRs de Minas Gerais e do País.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de dizer que também estamos entrando em contato com o Ministério dos Transportes para que possamos iniciar um movimento vigoroso, forte, em prol da BR-367 e da BR que liga Almenara a Salto da Divisa. O Governador Aécio Neves implantou o Processo de Santa Maria do Salto e Santo Antônio do Jacinto. Esse trajeto ficará pronto e ligará as cidades a uma BR que não está pavimentada. Então, iniciaremos o movimento em Brasília para que possamos, se Deus quiser, começar esse grande trabalho em prol da conclusão e da pavimentação final da BR-367. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Nossos cumprimentos ao Presidente desta reunião, Deputado Hely Tarquínio, a todos os Deputados e Deputadas desta Casa e aos telespectadores da TV Assembleia. Sou Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa e, nesta oportunidade, gostaria de refletir sobre a segurança pública. Esse é um tema extremamente atual. Aliás, o tema da Campanha da Fraternidade deste ano é "Fraternidade e Segurança Pública". Sabemos que o índice de violência é muito alto em nosso Estado, no País e no mundo. A crise

que está aí é muito mais que econômica; é uma crise ética, moral e social, tanto que presenciamos mortes, guerras, competição, violência, fome e miséria. Porém, não podemos desanimar, até porque temos também muitas ações concretas, positivas, que podem nos ajudar no processo de reversão dessa crise.

Quero lembrar que, pela primeira vez no Brasil, de 27 a 30 de agosto deste ano, teremos a I Conferência Nacional de Segurança Pública, convocada pelo governo federal. Para terem ideia, até pouco tempo segurança pública era apenas uma questão de soberania nacional, de defesa do nosso território, mas hoje sabemos que também é defesa da vida da população, construção da cultura da paz. Em Minas Gerais, de 21 a 23 de julho, foi realizada a etapa estadual da conferência, da qual tive oportunidade de participar representando a Comissão, no Ouro Minas. Lá estavam presentes segmentos representativos, a polícia, a população, os Conseps, os órgãos públicos das três esferas do poder. Numa discussão democrática, pudemos estabelecer alguns princípios prioritários. O mais votado, com 207 votos, de acordo com os delegados, foi o financiamento e a gestão de segurança pública, que devem ser pautados pela previsão constitucional de recursos orçamentários em um fundo. Realmente, só será prioridade se houver recursos. Em todo o momento, viamos essa reivindicação, essa necessidade. Outros princípios são: a segurança pública se faz com respeito aos direitos humanos - de fato, isso deve ocorrer, mas usando a inteligência, respeitando o ser humano; as políticas de segurança pública devem estar orientadas para promover a cultura da paz; a inteligência da segurança pública deve constituir o eixo principal da política nacional; a prevenção deve fundamentar a política nacional de segurança pública. Se realmente não trabalharmos a prevenção, construiremos cada vez mais cadeias. Então, são políticas públicas das áreas social, educacional - como a educação de tempo integral -, cultural, do lazer e do esporte, propiciando que crianças e jovens tenham direitos garantidos e possam disputar e ganhar a guerra com o tráfico. Para isso é preciso que tenham um sentido na vida, possam optar pela vida, e não pela morte.

Além desses princípios, foram estabelecidas algumas diretrizes. Uma delas é garantir o acesso à defesa técnica, com o fortalecimento da Defensoria Pública, que tem nesta Casa uma frente parlamentar, tão importante e necessária, e que está, no Estado de Minas Gerais, muito aquém da necessidade. Na nossa cidade, Betim, há 440 mil habitantes e 3 Defensores para defender os pobres quando houver necessidade. No aspecto político, de penitenciárias, se não houver Defensores, quem garantirá que o direito constitucional de ampla defesa seja verdadeiramente cumprido?

Outras diretrizes são: instituir aposentadoria especial para homens e mulheres, assunto que está sendo discutido nesta Casa; criar, implementar e ampliar os conselhos comunitários de segurança pública, os Conseps, que são extremamente importantes para envolver a sociedade organizada; implementar e estruturar a Defensoria Pública, mais uma vez; fomentar a gestão integrada das políticas públicas de segurança; e fomentar a cultura da paz, que também é muito importante.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ontem nossa Comissão de Segurança Pública esteve em Uberaba, às 19 horas, fazendo um debate com a sociedade da região. Uberaba é o centro da 5ª Região de Integração de Segurança Pública do Triângulo Mineiro. Vimos que praticamente tudo o que aquela sociedade organizada, os movimentos sociais e os órgãos públicos lá presentes reivindicaram coincide com as prioridades votadas na conferência estadual. Houve uma soma de esforços. Gostaria de mencionar quem esteve presente à reunião para que fique bem claro que segurança pública não se faz mais apenas com repressão, apesar de ser necessária uma repressão qualificada de inteligência; não apenas com polícia, o que é importantíssimo, mas com toda a sociedade, em debate amplo, com participação popular. Estavam lá as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros, a Defensoria Pública, a Guarda Municipal, o Ministério Público, a Polícia Rodoviária Federal, representantes do Executivo e do Legislativo municipal, da Superintendência de Educação, dos Conseps e de vários movimentos sociais organizados, além dos Deputados da Comissão. Estivemos presentes com o Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, que possibilitou e garantiu ampla participação popular nessa audiência. Tivemos a presença de sete Deputados e uma representação significativa da sociedade de várias cidades. São em torno de 32 cidades nessa Região Integrada de Segurança Pública. Houve realmente um acordo para que priorizássemos a fala da sociedade civil organizada. Quero cumprimentar nosso Presidente, o Deputado João Leite, por essa ação bastante democrática. Lá estiveram também os outros membros da nossa Comissão, Deputados Tenente Lúcio e Rômulo Veneroso, Deputados da região. Agradecer ao Deputado Fahim Sawan a acolhida. Ele, seus assessores e sua família nos acolheram de maneira realmente muito respeitosa e carinhosa. Isso garantiu nosso trabalho árduo das 19 às 2 horas da manhã, trabalho de grande qualidade.

Estavam presentes também o Deputado Adelmo Carneiro Leão, nosso companheiro do PT, que contribuiu com sua reflexão profunda e sua presença durante toda a reunião; o Deputado Weliton Prado, que é da região e que fez sua discussão jovem e dinâmica.

Então, mencionado isso, gostaria de frisar alguns pontos apresentados como dificuldades a serem superadas. Um deles é a superlotação das cadeias públicas e a necessidade do aumento de efetivos. Vemos a grande necessidade de ampliação do trabalho de prevenção para que não tenhamos que ficar construindo mais cadeias, mas, neste momento, com a superlotação, precisamos resolver isso. Precisamos que haja Defensoria Pública para agilizar e para que ninguém fique preso já tendo cumprido sua pena. Temos de garantir isso à população, sobretudo à população mais pobre, que mais precisa dessa assistência. Temos de reivindicar que o governo do Estado valorize e amplie a Defensoria Pública, garanta o número necessário em todas as comarcas. Vimos a necessidade de políticas públicas para a educação. Estava lá a Superintendente Estadual de Educação.

É preciso educação de qualidade e garantia de proteção nas escolas, pois muitas são invadidas pelos traficantes. Então foi reivindicado que o governo estadual fizesse essa proteção, a fim de se discutir a melhor forma de proteção para os professores e para as crianças. A rede municipal já tem a Guarda Municipal que cuida do patrimônio. Quem sabe pode-se fazer um convênio para garantir que as escolas estaduais tenham essa assistência!

Estava lá, também, a Promotoria do Meio Ambiente. Pode parecer que não há nenhuma relação com a segurança, mas há sim, uma vez que se trata da defesa da vida. Estamos vendo, pela grande imprensa, a necessidade de um combate imediato ao aquecimento global. Não se trata apenas de discurso, mas da realidade. Se não contribuirmos com o meio ambiente, brevemente o nosso planeta não terá condições de vida.

Uma outra questão discutida diz respeito ao tráfico de drogas. Aquela região faz divisa até com outros países. É necessário um trabalho profícuo. Já está melhorando. Foi mencionado que, em 2006, o índice era muito maior. Hoje houve essa melhora por causa da integração das várias polícias, mas muito aquém do que necessitamos. Estavam presentes também representantes da Polícia Federal. A integração das polícias é importante para que haja avanço nessa área. Já estamos caminhando para isso. Enquanto houver um caso de violência, um caso de crime, não podemos cruzar os braços. Temos de celebrar, realmente, o que está sendo feito para diminuir esses índices. É preciso não só diminuir, mas zerá-los. É uma utopia. Realmente é difícil, mas temos de trabalhar para isso. Enquanto tivermos vida, não podemos cruzar os braços, porque a violência e a morte são opostos ao que defendemos, que é a vida para todos.

Vimos a necessidade do serviço 181, denúncia anônima, ser implementado. Diante dessas reivindicações, foram apresentados pelo nosso Presidente, pelos membros da Comissão e pelos Deputados que lá estavam sugestões de vários requerimentos - aliás, seria interessante que a TV Assembleia divulgasse mais esse serviço. As pessoas têm medo de denunciar, imaginando que a denúncia não seja anônima, vindo a serem descobertas e podendo sofrer, em consequência, retaliações e até ameaça de morte. Então precisamos criar condições de confiança e de incentivo. Foram aprovados requerimentos pedindo aumento de efetivo e ainda resolução da superlotação das cadeias.

Então, Sr. Presidente, quero dizer que, de fato, esse trabalho de interiorização da discussão da segurança é importante. Trata-se de uma proposta da nossa Comissão, que está tendo o apoio de vários parlamentares que não fazem parte dela mas são das regiões. Viajaremos pelas várias regiões, objetivando a integração, no Estado, da segurança pública, neste e no próximo ano, tendo como meta interiorizar esse debate. Como disse muito bem o Presidente da nossa Comissão, Deputado João Leite, isso garantirá, efetivamente, a participação popular. Todos que lá estavam são pessoas e Deputados que têm esse compromisso. Queremos convidar os Deputados para, em cada região, participarem

conosco, e não só do debate mas também da reivindicação e do acompanhamento. A próxima reunião será em 1º de setembro, em Montes Claros. Os Deputados, a liderança, o Executivo já estão informados.

Mais uma vez, quero dizer, de público, do compromisso que precisamos ter - e esta Casa tem, mas é preciso cada vez mais - para a construção da sociedade que queremos em Minas Gerais: justa fraterna e igualitária.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, colegas Deputados, aqueles que nos acompanham na Casa do povo mineiro ou nos veem pela TV Assembleia, inicialmente queria congratular-me com a manifestação do Deputado Carlos Mosconi, sempre atento, quanto à iniciativa do Governador Aécio Neves, que veio em boa hora. É muito justa a sugestão do Deputado Carlos Mosconi para que esse procedimento se estenda a todas as servidoras públicas, uma vez que já se constatou que a mulher no período de gravidez, em determinadas fases, pode ter uma ligeira queda de sua capacidade imunológica. É preciso também tranquilizar a população, já que não há nada que possa causar sobressaltos, pois, do contrário, criamos uma condição de pânico. Porém é claro que, diante da situação de pandemia que vivemos com a influenza A, todas as ações preventivas são fundamentais.

Sr. Presidente, quero falar aqui da nossa alegria de, com os Deputados e as Deputadas, ter participado do aprimoramento e da votação de dois importantes projetos nesta Casa. Acompanhamos e tivemos a alegria de ver aprovado, já pronto para ser sancionado pelo Governador, o Projeto de Lei nº 2.771, que melhora o Código Florestal de Minas Gerais. Volto a lembrar que já passou da hora de o Congresso Nacional, especialmente a Câmara dos Deputados, tomar essa medida. A matéria tramita, mas infelizmente continua sendo objeto de muita polêmica e de pouca decisão. Temos de, permanentemente e de forma vigilante, trabalhar para preservar o meio ambiente, mas devemos fazê-lo com uma legislação justa, adequada, moderna e autossustentável, uma legislação capaz de conciliar o respeito que devemos ao meio ambiente - o que é inegociável - com a condição de produzir, especialmente alimentos, de maneira sustentável. Também não podemos tratar o produtor e o trabalhador rurais como bandidos. É evidente que os que de fato cometem crimes devem ser punidos, mas, muitas vezes, a legislação não é clara e dá margens a uma interpretação equivocada. Às vezes também, ela é entendida ao pé da letra, mas os legisladores não foram felizes ao elaborá-la, e ela está fazendo com que os Juizes decidam até pela prisão de trabalhadores ou produtores pelo simples fato de fazerem a roçada de um pasto que utilizam há muitos anos, de geração em geração, para alimentar sua família, e que não prejudicará em nada o meio ambiente, até porque ali há uma cobertura vegetal de pastagem, que também é importante na sua preservação. Às vezes esse simples gesto ou o de fazer a limpeza em um rego de água é considerado ilegal. Levar água para matar a sede da família e dos animais é um uso considerado insignificante pela lei. Creio que alguns legisladores federais ou pessoas que elaboram portarias deveriam ter um pouquinho mais de cuidado com as palavras. Trata-se de uma definição extremamente infeliz falar que o uso da água para matar a sede da família e dos animais é insignificante. O mais certo é que quiseram dizer o uso de uma pequena quantidade da água, mas claro que não é insignificante, e sim de um significado primordial; é justamente o grande sentido da água. Água é vida. É difícil imaginar que alguém seja preso porque foi beber água num córrego ou porque tirou a água de um córrego para matar a sua própria sede. Às vezes, chega-se a essa situação. Por quê? Porque há uma legislação no Brasil que, a pretexto de conservar o meio ambiente, comete imbecilidades e nivela por baixo todo mundo, como se todo mundo que atuasse no meio rural fosse bandido.

Ao longo de vários meses, houve o esforço desta Casa - aliás, tive a felicidade de ser autor de algumas emendas, uma delas aprovada ontem - em relação a um projeto que traz um avanço significativo para evitar a perseguição a alguns produtores rurais e, ao mesmo tempo, garantir a preservação do meio ambiente. Vou detalhar para que as pessoas compreendam a importância do Projeto de Lei nº 2.771/2008, aprovado nesta Casa ontem. Primeiro, vamos refletir sobre o ganho do meio ambiente com esse projeto. O projeto estabelece uma sustentabilidade no manejo florestal em Minas Gerais. O que significa isso? O Estado de Minas é um dos maiores consumidores de carvão vegetal de madeira para alimentar a indústria, caldeiras, fornos de siderurgia. Somos consumidores dessa matéria-prima e continuaremos sendo porque Minas é um Estado minerador, e não se consegue produzir aço, ferro-gusa sem combustível, e um dos principais combustíveis é justamente o carvão vegetal. O que não é possível aceitar é que continuem sendo desmatadas as matas nativas sem controle, para alimentar os altos-fornos. Esse projeto de lei dá um avanço fantástico na preservação do meio ambiente. Ele assegura que, num espaço de menos de uma década, Minas Gerais terá sustentabilidade para manter suas indústrias. Por quê? Porque nenhuma indústria poderá utilizar carvão de mata nativa a partir de um determinado prazo. Terão de ter a sua mata plantada, a sua floresta de eucalipto e produzir o carvão originado dessa floresta, senão não terão autorização de funcionamento. Isso ocorrerá de maneira planejada, para que não se saia por aí fechando todas as indústrias, gerando desemprego num momento de crise como este. Portanto as coisas devem ser feitas de maneira planejada, conversando com os setores de siderurgia, com os setores que consomem essa matéria-prima, num processo maduro para melhorar a legislação, preservar o meio ambiente e dar condições a quem quer produzir, para que continuem trabalhando.

Quanto a esse aspecto, num primeiro momento, pode parecer que a legislação foi boa para o meio ambiente, mas puniu as empresas de siderurgia e tornou-lhes dura a realidade, porém não é verdade. Conseguimos garantir a preservação do meio ambiente e fazer uma legislação que, de alguma forma, facilita para essas empresas. Claro que elas terão de fazer um planejamento florestal de médio e longo prazos para a próxima década, providenciando plantações ou fazendo parceria com produtores rurais para que eles plantem. Entretanto será mais simples para a empresa na hora de produzir o carvão vindo da floresta plantada. Hoje ela se submete a uma burocracia que atrasa e encarece os procedimentos. O próprio produtor rural sofre com isso.

Ele deve fazer a requisição e esperar uma vistoria para avaliar a mata - e a mata plantada também - que ele vai cortar. Então, estabelecemos que primeiro vamos preservar nossas florestas nativas com esse projeto de lei. Vamos facilitar a vida de empresa e produtor rural sérios, que são a grande maioria, a fim de que eles possam simplesmente comunicar ao órgão ambiental sua intenção, emitir a nota fiscal, cortar sua floresta plantada - é claro, pois foi plantada para isso -, e produzir o carvão de uma maneira mais simples e objetiva, sem burocracia e, portanto, até com custos menores.

Outro aspecto extremamente importante e que alcança todos os produtores rurais de Minas Gerais - de um modo especial no Sul de Minas e no Sudoeste, onde há muito plantio de café, na região do Campo das Vertentes, em São João del-Rei e em Oliveira - é a questão da chamada área de preservação permanente - APP. Temos um grande volume de áreas de preservação permanente, principalmente em encostas de morros com declives mais acentuados. Isso não é de agora, é antigo, data de muito antes dessas leis. Minas Gerais é um Estado cujas fronteiras agrícolas foram abertas pelos bandeirantes. Portanto, ao longo dos séculos, essas terras foram sendo cultivadas e repartidas, pois não há latifúndios. Com uma ou outra exceção, é um Estado que tem milhares - poderíamos até dizer que tem milhões -, de pequenos e microprodutores da economia familiar.

A propriedade do Sul de Minas, por exemplo, é quase toda composta de morro, ladeira; isso é da natureza daquela região, onde as propriedades são pequenas. Lá se cultiva o café, com prática de conservação do solo; então aquilo já se incorporou à natureza. Uma árvore de café, assim como a árvore nativa, produz efeito benéfico para o meio ambiente, pois realiza a fotossíntese, que é uma das formas de evitar o aquecimento global, uma vez que retém o gás carbônico e libera o oxigênio. Não estou com isso dizendo que devemos cortar tudo quanto é mata nativa e plantar café, mas não faz sentido mandar arrancar uma lavoura desse produto, que é fonte de subsistência das famílias e do produtor rural. Arrancar uma lavoura de café vai provocar, provavelmente, a erosão e a miséria de milhares de pessoas. Se não mexêssemos na lei, fatalmente esses produtores seriam pressionados pelo Ministério Público e órgãos ambientais a arrancar suas lavouras ou seriam multados, porque ali é chamado APP. Então, o que fizemos? Elaborei uma emenda - art. 11º - segundo a qual a atividade agrícola já consolidada, ou seja, implantada antes de 2002 - quando houve a última mudança na legislação federal - nas áreas de preservação permanente com café, pastagens, canaviais ou lavouras perenes, será respeitada. Isso significa dizer que o produtor não ficará mais vivendo o pesadelo de, a qualquer hora, alguém chegar lá para multá-lo ou mandá-lo arrancar sua lavoura de café, sua pastagem ou qualquer outra atividade agrícola.

Isso também vale para edificações e áreas urbanas, a exemplo do que acontece em Belo Horizonte, às margens do Rio Arrudas, onde a área está toda edificada. Tudo será arrancado? Não, mas, de acordo com a lei, a área é denominada APP. Assim, a lei mineira deixa claro que será respeitado o espaço edificado, consolidado antes de 2002, a fim de diminuir essa pressão injusta que somente gera sofrimento, multa e, às vezes, até prisão.

Uma coisa é aplicar uma lei dessas na Amazônia para evitar que se saia desmatando tudo. Aplicar onde ainda não foi feito é muito bom. Temos de preservar o meio ambiente. Agora, dizer que nas cidades serão demolidas as edificações construídas em margens ou próximas a córregos é demagogia, é criar a indústria da multa. No caso, teria de se demolir a Torre Eiffel, em Paris, todas as construções em Roma ou em Londres. Isso apenas para fazer uma analogia com a realidade do resto do mundo. É assim; as cidades cresceram no entorno dos córregos, dos rios. Isso aconteceu ao longo de toda a história da humanidade.

Não adianta o legislador agora vir e fazer uma lei dizendo: "Se estiver na margem de córrego ou rio, é área de preservação permanente. Então, está proibida a edificação". Alguém poderá dizer: "o Domingos está falando isso, mas não está amolando ninguém". Deputado Doutor Rinaldo, veja o que aconteceu há duas semanas na Cooperativa Agropecuária de Formiga, que está pertinho da gente, em Divinópolis, V. Exa. conhece, dá sempre sua atenção àquela promissora cidade de Formiga, estivemos juntos lá, recentemente, na inauguração daquele belíssimo aterro sanitário. Pois bem, a Cooperativa Agropecuária de Formiga sofreu também com as inundações do Rio Formiga, porque está às margens desse rio, como milhares de construções. Formiga tem vários córregos. O principal deles é o Rio Formiga, que inundou, transbordou e causou prejuízo. Fomos ao Governador e conseguimos, juntamente com o Prefeito Aluísio, os recursos que estão recuperando as margens do rio. Mas a cooperativa precisava de um financiamento do BDMG, uma linha que foi liberada para todo mundo que foi vítima de enchente. Para a obtenção do financiamento, ela precisa da licença de funcionamento, da licença ambiental. Ela tem a fábrica em um outro local, que não é à beira do rio. Mas a licença tem de retratar a realidade do escritório. Ela tem um armazém e escritórios às margens do rio. O que aconteceu? Ela não conseguia receber a licença ambiental sob a alegação de que estava às margens do Rio Formiga, que era área de preservação permanente.

Isso atrasou. Tive de ir pessoalmente ao Copam de Divinópolis para mostrar a gravidade do problema. Se não se liberasse aquele licenciamento ambiental, a cooperativa não teria o financiamento que estava pleiteando no BDMG. Aí sim, ela poderia ser inviabilizada e provocar o desemprego de centenas de pessoas. Como demolir a cooperativa? No caso, então, haveria que se demolir a metade da cidade de Formiga. Nessas horas temos de mudar a lei e adequá-la à realidade. Foi o que fizemos aqui.

Sr. Presidente, concluo dizendo que em outra oportunidade abordarei isso. O Código Florestal, que aprimoramos nesta Casa e que o Governador seguramente sancionará, resultará em melhora para o meio ambiente, para o produtor rural e para as pessoas que estão sofrendo pressão na área ambiental, de forma injusta.

Quero manifestar também a minha alegria pelo Projeto de Lei nº 3.367, do Governador, mas que recebeu nesta Casa, com o trabalho que realizamos ao lado do relator, Deputado Zé Maia, a inclusão de todo um texto regularizando a situação das associadas da Uemg. No nosso caso, podemos citar a Funed-Uemg, em Divinópolis, não é, Deputado Rinaldo? Mas há Passos, Diamantina, Ituiutaba, Carangola, Campanha, unidades que são fundações de ensino superior, associadas à Uemg, que dependiam de uma lei estadual, já que está na Constituição mineira, para regulamentar essa relação e garantir a continuação do ProUemg, que hoje financia o aluno carente. O ProUemg nasceu nesta Casa, com uma proposta nossa no nosso primeiro mandato. Já que não dava para estadualizar, pelo menos financiar o aluno carente com bolsas de estudo, através dessa parceria. Aí nasceu o ProUemg, que hoje financia milhares de alunos nessas seis cidades. Em Divinópolis são mais de 1.500 alunos beneficiados com o ProUemg. É algo que nos deixa felizes. É um avanço. E regulamentamos, portanto, essa relação por meio desse projeto de lei.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância por termos excedido alguns minutos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, servidores que acompanham os trabalhos da Assembleia. Inicialmente, gostaria de dizer que me parece necessário acelerar o processo de negociação com os servidores administrativos da Polícia Civil, porque não é a primeira reunião em que vemos essas faixas aqui instaladas, por ser um processo que se arrasta. É importante que o Líder do Governo, a base do governo nesta Casa interceda junto ao Governador para agilizarmos essa negociação, que já foi objeto de inúmeras reuniões, até com as próprias lideranças partidárias desta Assembleia.

Venho à tribuna também para falar sobre o debate realizado ontem, até para complementá-lo no que diz respeito às alterações do nosso Código Florestal. A primeira questão importante é que o fato de termos agilizado regimentalmente a tramitação desse projeto na Assembleia permitiu um debate maior, bem como a aprovação de uma lei. Esse projeto estava agarrado, paralisado aqui na Assembleia, em decorrência de um desacerto ou de visões diferenciadas entre as Secretarias de Agricultura e de Meio Ambiente. Portanto, é fundamental fazermos esse debate em Minas Gerais sobre qual tipo de desenvolvimento econômico queremos. Concordo inteiramente com o Deputado Domingos Sávio no que diz respeito a um exagero, a um excesso, não na lei, mas na sua interpretação, em relação ao pequeno e ao médio produtores, ou melhor, àquela agricultura familiar que quer produzir dignamente o seu ganha-pão. Muitas vezes há uma incompreensão ou mesmo um exagero na aplicação da legislação. Assim, é fundamental desburocratizar e permitir condições adequadas de produção ao homem do campo. É importante que o governo do Estado desenvolva mecanismos de maior consciência ambiental, maior estímulo à preservação ambiental e orientação sobre como compatibilizar bem os recursos naturais e a atividade produtiva. Muitas vezes, não por má-fé, mas por falta de orientação e de esclarecimento, ou mesmo por falta de programas de estímulo à preservação de nascentes, do solo e da mata, isso não tem ocorrido. Eu, que viajo muito pelas várias regiões de Minas Gerais, recentemente estive com um pequeno proprietário de Águas Formosas, no Vale do Mucuri, que me disse que gostaria de ter uma preservação mais ativa das suas nascentes, mas, para isso, ele precisaria de um estímulo, de um apoio. Aliás, por lei, já existem mecanismos criados até pela Assembleia para isso, mas que faltam ser efetivados pelo governo do Estado. O debate sobre o Código Florestal nos estimula a fazer um debate maior sobre que tipo de desenvolvimento queremos para Minas Gerais. É lógico que não podemos negar a vocação econômica, histórica e cultural do nosso Estado, porque ela está no nosso nome: Minas. Sabemos que a atividade minerária é determinante na formação não só econômica, mas também social e cultural do nosso Estado, mas dois desafios devem ser enfrentados: o primeiro é não absolutizar o peso da atividade minerária. Duas regiões, como, por exemplo, a Zona da Mata, com a exploração da bauxita, e o Quadrilátero Ferrífero, principalmente na área da Serra da Moeda, com o minério de ferro, sabemos que são áreas em que há necessidade de se discutir e viabilizar a convivência da atividade minerária com a proteção ambiental. São áreas de preservação permanente. Na Zona da Mata, o segundo maior corredor de bauxita do mundo está situado exatamente na área próxima ao amortecimento do Parque Estadual Serra do Brigadeiro. Da mesma forma, aqui, na nossa área de proteção ambiental, na APA Sul, também convivemos com várias reservas minerárias. É muito importante buscarmos mecanismos que não impeçam a atividade econômica, mas que a condicionem ao respeito ambiental. Quando falamos em respeito ambiental, não pretendemos adotar nenhum tipo de fundamentalismo, de radicalismo. Muitas pessoas ainda não compreenderam a questão das águas e da mudança climática. Qual sociedade vive bem sem a água? Trata-se de um bem escasso, que precisa ser protegido; as nascentes precisam ser protegidas. Existe, na região de Januária, uma das maiores reservas ecológicas: o chamado Pantanal Mineiro, a área de Pandeiros, onde está o maior criatório natural de peixes para o Rio São Francisco. É necessário haver uma fiscalização permanente, pois a atividade do carvoejamento clandestino é grande. Se, nas veredas, há uma atividade de extração de matas, isso prejudica, assoreia o rio, diminui a quantidade de água, causa impacto na bacia do São Francisco, numa região ecologicamente importante. Tudo isso precisa ser discutido.

No caso do Código Florestal, por exemplo - não podemos generalizar, a maioria é gente séria -, infelizmente alguns setores têm uma fonte energética originária da floresta plantada, mas, muitas vezes, fazem vista grossa ou até mesmo se beneficiam com a atividade ilegal, com o

carvoejamento ilegal. É importante ser efetivado o monitoramento, o rastreamento eletrônico. Isso foi uma grande polêmica. Poderíamos ter reduzido, em um prazo mais curto, a utilização de mata nativa, eliminando a possibilidade dessa utilização, estimulando a floresta plantada, evidentemente também com os devidos cuidados ambientais. Penso que Minas Gerais sempre conviverá com esse debate, porque é um Estado minerário, que também possui recursos naturais em extensão e qualidade, recursos hídricos e outros relacionados à mata atlântica e às matas nativas.

Esse debate na Assembleia foi importante, tornou-se possível aprovar a lei. Todavia, temos outro grande desafio, visto que a vocação econômica de Minas hoje está sem agregação de valor. Integrei a Comissão da Crise, e ela revelou que Minas Gerais tem ainda um modelo de economia colonial: 54% do que o Estado exporta refere-se a minério de ferro e café. Nosso Estado exporta café em grão e importa café solúvel da Suíça, que não planta um pé de café; exporta minério de ferro sem nenhum tipo de agregação de valor. É muito importante também discutirmos um modelo de desenvolvimento econômico que gere mais renda, mais sustentabilidade e também maior nível de inclusão social e de respeito ambiental.

Então, esse debate é o debate da hora. A Senadora Marina, uma companheira nossa, está prestes a deixar o nosso Partido, exatamente porque não está encontrando espaço para retomar ou efetivar um debate mais ampliado sobre a questão ambiental. Esperamos que a Senadora Marina continue no PT, que é o seu estuário de vida natural e de tanta militância, Partido do nosso saudoso Chico Mendes. É importante que ela continue, mas, se isso não acontecer, ela terá um argumento: quer também um espaço próprio para retomar o debate da questão ambiental, não permitindo que ele fique como uma questão secundária. Hoje, muitas vezes, as pessoas entendem a questão ambiental como uma questão de minoria, que envolve apenas alguns segmentos, alguns nichos da sociedade. Mas, não, a questão ambiental hoje precisa ser posta no centro de qualquer debate político, econômico, ético e social. Estamos falando na possibilidade de manutenção do planeta para as futuras gerações.

Trata-se de pensar nas futuras gerações e não simplesmente no curto prazo, quando a mediação maior é o lucro imediato. Não podemos aceitar o argumento, que às vezes vira chantagem, de que, em nome do desenvolvimento e do crescimento econômico, pode-se fazer qualquer coisa. Segundo esse argumento, qualquer tipo de cuidado ambiental parece ser um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas do País. Não. Uma coisa são os exageros, as interpretações errôneas da legislação e o radicalismo; outra coisa é a preocupação com a água que bebemos, com as nascentes, com o ar que respiramos, com o clima e com a qualidade de vida. Esse debate é hoje estratégico em qualquer lugar, mas sinto que muitas vezes a sociedade, talvez induzida pela hegemonia econômica dos segmentos produtivos, ainda não está atenta o suficiente para realizá-lo.

Por fim, agradecendo a gentileza do Presidente desta reunião, Deputado Hely Tarquínio, por me conceder um prazo um pouco maior para fazer este pronunciamento, quero parabenizar a todos os que contribuíram de alguma maneira para a aprovação desse projeto de lei. Em minha opinião, repito, a lei vai ficar aquém do que poderia estar: eu imaginava um prazo menor para a redução da utilização da mata nativa e esperava uma efetivação mais explícita do rastreamento eletrônico. Concordo com os avanços relacionados aos benefícios concedidos aos pequenos e aos médios agricultores, aos plantadores de café na agricultura familiar. Foi importante beneficiar, de certa maneira, esse segmento, mas espero que o Estado efetive e cumpra a lei, para impedirmos qualquer tipo de atividade clandestina que destrua a nossa mata nativa, que prejudique as nossas nascentes ou que destrua o nosso meio ambiente em nome do lucro fácil. É perfeitamente possível e desejável que os segmentos produtivos desenvolvam legitimamente suas atividades e gerem empregos, mas respeitando o meio ambiente, em favor desta e das futuras gerações.

Vendo chegar o Deputado Gustavo Valadares, Presidente da Comissão de Transporte, reitero o pedido de que realizemos, o mais brevemente possível, uma audiência para sermos esclarecidos sobre a razão de pagarmos R\$1,10 de pedágio na BR-381 e R\$3,50 na MG-050, sem que esta tenha sequer sido duplicada. Nunca vi tanta casinha para a cobrança de pedágios, nem entendo por que gastar tanto para andar 372km nessa região sem que haja qualquer contrapartida mais explicitada. Acho que o consórcio vencedor dessa concessão patrocinada também deve explicações ao povo mineiro. O pedágio é caro, e os investimentos não estão sendo compatíveis.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Apenas quero informar ao Deputado André Quintão, com quem não conversei antes de seu pronunciamento, que já está predefinida a data para discutirmos, na Comissão de Transporte e Obras Públicas, a questão da MG-050, modelo PPP do Estado. Se não me engano, o dia é 26 de agosto. Se esta data for oportuna para a Comissão de Participação Popular, tão bem-presidida por V. Exa., poderemos realizar essa reunião conjunta já nesse dia, porque o assunto é realmente urgente e precisamos dar-lhe celeridade, para trazer novidades à população mineira.

O Deputado André Quintão* - Agradeço ao Deputado Gustavo Valadares a informação e ao Presidente a condescendência.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 1º/9/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a contratação de empresa de engenharia para execução de reforma no Espaço Político Cultural, andar térreo, bem como reforma na drenagem e impermeabilização de área externa do Palácio da Inconfidência.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Edifício Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2009

Objeto: aquisição de fitas LTO Ultrium 4 e LTO Ultrium Universal Cleaning.

Pregoautes vencedores: M&D Group Comercial Ltda.-ME (lote 1) e Fórmula Comercial Ltda. (lote 2).

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.